

O SENTIDO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO DE 1923

THE HISTORICAL MEANING OF THE 1923 REVOLUTION IN BRAZIL

Gunter Axt¹

Resumo

O artigo procura se debruçar sobre as perspectivas propostas pela historiografia na explicação das causas e consequências da Revolução Libertadora, no Estado Rio Grande do Sul, que culminou com o Pacto de Pedras Altas, assinado em 14 de dezembro de 1923. O texto se propõe a refletir sobre o sistema que estabelecia relações entre política e guerra compreendendo a existência de cinco condições essenciais dispostas na base da eclosão de um fluxo revolucionário: narrativa agregadora, liderança carismática, capacidade de mobilização de efetivos e de recursos bélicos, contexto político nacional e regional propício e cenário econômico adverso. Percebe-se, assim, estarem estas condições presentes na conjuntura de 1893, assim como na de 1923, não se verificando o mesmo em outras oportunidades. A revolução de 1923 é percebida como um evento nacional, muito mais do que regional, que não apenas foi degrau e alavanca para a Revolução de 1930, como importou em mudanças institucionais com desdobramentos importantes na história brasileira, como a fundação da jurisdição eleitoral.

Palavras-chave: Revolução de 1923; Rio Grande do Sul; Tratado de Pedras Altas; historiografia; Antônio Augusto Borges de Medeiros; Joaquim Francisco de Assis Brasil; sistema eleitoral; política.

ABSTRACT

The article seeks to focus on the perspectives proposed by historiography in explaining the causes and consequences of the Libertadora Revolution, in the State of Rio Grande do Sul, which culminated in the Pedras Altas Pact, signed on December 14, 1923. The text proposes to reflect on the system that established relations between politics and war, comprising the existence of five essential conditions based on the outbreak of a revolutionary flow: a narrative with aggregating capacity, charismatic leadership, capacity to mobilize troops and war resources, favorable national and regional political context and economic scenario. It is clear, therefore, that these conditions were present in the situation of 1893-95, as well as in 1923, and the same did not occur on other occasions. The 1923 revolution is perceived as a national event, much more than a regional one, which was not only a stepping stone and lever for the 1930 Revolution, but also led to institutional changes with important developments in Brazilian history, such as the founding of electoral jurisdiction.

Keywords: Revolution of 1923; Rio Grande do Sul; Treaty of Pedras Altas; historiography; Antônio Augusto Borges de Medeiros; Joaquim Francisco de Assis Brasil; electoral system; politics.

1 Doutor em História Social/USP. Coordenador técnico do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: gunteraxt@mprs.mp.br

INTRODUÇÃO

No panteão mnemônico das guerras e entreveros que agitaram os sul-rio-grandenses, do período colonial à segunda metade do século XX, não é fácil disputar visibilidade com a Revolução Farroupilha, elevada à categoria de mito fundante para a cultura identitária regional, de tal sorte a ser invocada anualmente em celebrações que se espraíam por quase todo o território do estado (Gutfreind, 1992; Pesavento, 1993); e com a Revolução de 1930, bastante reconhecida como um divisor de águas na história brasileira, tal a extensão de transformações institucionais que carregou em sua esteira (Fenelon, 1981; Borges, 1992, 1998).

A Revolução de 1923, condensava, em princípio, elementos para ocupar lugar de destaque. Na literatura memorialística foi colorida por republicanos notáveis, autores de obras célebres, como João Neves da Fontoura (1969) e José Antônio Flores da Cunha (1943). O segmento revolucionário agregou contribuições, como o *Mensagem a Poucos*, de Antero Marques (2005), editado pela primeira vez em 1965, e o *Drama das Coxilhas*, de Roque Callage (1923). A narrativa ficcional nos brindou com registros eloquentes, como *Sombras na Correnteza*, de Cyro Martins, lançado em 1974, e o monumental *Arquipélago*, de Érico Veríssimo (2004). Mais recentemente, José Antônio Severo ambientou *Senhores da Guerra* no cenário de 1923, sendo o livro transposto às telas por Tabajara Ruas.

Com uma pauta parcialmente vitoriosa e nível menos exacerbado de violência – se comparado com a tenebrosa guerra civil de 1893-1895² –, a Revolução de 1923 chegou a ser exaltada no *Album dos Bandoleiros*, organizado pelos jornalistas Fernando Barreto e Carlos Horácio Araújo em 1924, com mais de 250 fotografias que incensavam os rebeldes. Alcançando impressionante tiragem de 20 mil exemplares, foi uma resposta aos sucessivos editoriais e reportagens da folha governista *A Federação*, que os anatematizavam como bandidos, maltrapilhos, arruaceiros, *maragatos*, *mazorqueiros* e salteadores (Dal Forno, 2015). A imprensa da época, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em muitos veículos brasileiros, repercutiu os mo-

2 Durante 11 meses de conflito, a Revolução de 1923 registrou, em diversos pontos do estado, 74 confrontos, dentre combates e esperas com pequenos tiroteios, contabilizando cerca de mil mortos, o equivalente a 10% dos óbitos estimados, apenas no Rio Grande do Sul, nos 31 meses da Revolução Federalista (Antunes, 2023), mas número mais de três vezes superior à média anual de mortes causadas pela Revolução Farroupilha: 2.900 mortos em 10 anos de revolta (Silva, 2010). A Revolução de 1923 conheceu atos de cavalheirismo entre contendores, mas também registrou violências, a exemplo de estupros, linchamentos e degolas, espelhados na literatura memorialística, como nas obras de Flores da Cunha (1943) e de Antero Marques (2005), e na imprensa, como na série de artigos do advogado Rêgo Lins publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. Houve iracúndia e volume de mortes, mas não na dimensão de 1893 (Reverbel, 1985).

vimentos da Revolução (Sá, 1973; Lemieszek, 2005, 2013; Laranjeira, Silva, 2023), que chegou inclusive a ser retratada em um marco da cinematografia – o documentário dirigido por Benjamin Camozato, lançado em São Paulo e no Rio de Janeiro (onde foi exibido no Palácio do Catete, para o Presidente Arthur Bernardes) antes mesmo da assinatura da pacificação, em 14 de dezembro de 1923.

Contudo, 23 foi eclipsada pela solar Revolução de 1930 e desde então vem sendo tratada de forma relativamente acanhada, tanto no plano da memória, quanto pela historiografia. Mesmo operando como elo necessário para a eclosão da Revolução de 1930, não imprimiu, por exemplo, sentido vivo ao espaço urbano. O dia 14 de dezembro não foi invocado para definir logradouros. Desconhecem-se memoriais públicos em homenagem ao Pacto de Pedras Altas. O Marechal Fernando Setembrino de Carvalho – a despeito de seu papel como articulador da pacificação e garantidor das eleições de 1924, por indicação do governo federal, e, não obstante, sua passagem pelo Rio Grande do Sul ter sido comemorada com bailes, jantares, comícios, paradas e retretas³ – foi lembrado em uma avenida de Uruguaiana, sua cidade natal, com uma rua no Centro de Cruz Alta e com pequenas vias em bairros de Porto Alegre, de Pelotas e de Gramado. O popular General Honório Lemes da Silva inspirou o batismo de ruas em algumas localidades, um discreto marco e um museu em Rosário do Sul, cidade onde viveu, mas nenhuma avenida vistosa, praça ou monumento de envergadura. Leonel Rocha iluminou a denominação de algumas ruas, uma estrada e um distrito no pequeno município de Sagrada Família. Joaquim Francisco de Assis Brasil já era eminente antes da Revolução e motivou preitos em diversas cidades do Estado, assim como outros dissidentes republicanos, como Ramiro Barcellos, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, que não interagiram em 1923.

O centenário da Revolução poderia estar suscitando grandes exposições, palestras, seminários, dossiês em revistas acadêmicas, suplementos jornalísticos e lançamentos de livros, mas o movimento tem se mostrado tímido – no primeiro semestre de 2023, o Arquivo Histórico e o Museu Dom Diogo de Souza, de Bagé, organizaram um seminário e uma exposição; em Palmeira das Missões, o jornal *A Madrugada* publicou uma série de artigos; em Caçapava registrou-se uma mostra e um painel. Com os festejos farroupilhas no âmbito estadual abraçando o tema em setembro, assinalou-se em Passo Fundo uma exposição, capitaneada pelo Instituto Histórico e Geográfico local, e em Erebangum um painel e um audiovisual para a Internet. O

3 Ver: Diário de viagem do General Setembrino de Carvalho ao Rio Grande do Sul, desde sua partida, no Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1923, ao dia da chegada em 31 de dezembro de 1923. São Paulo, 47 p., 1923. Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho. CPDOC/FGV.

Tribunal Regional Eleitoral participou do lançamento de uma obra coletiva (Barcellos, Campos, 2024), posicionando o Pacto de Pedras Altas como se-meador da jurisdição eleitoral no Brasil. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul promoveu em parceria com a Assembleia Legislativa um painel, no Memorial do Legislativo; com o Palácio Piratini, um bom documentário, disponível no Youtube⁴; com o Arquivo Histórico do Estado, uma exposição virtual. O portal GZH elaborou podcasts e os jornais Zero Hora e Correio do Povo editaram matérias alusivas ao centenário. Mas reinou silêncio nas universidades, a exceção de uma obra coletiva organizada pelos jornalistas Juremir Machado da Silva e Álvaro Lorangeira, professores na Escola de Comunicação da PUC-RS (2023), que explorou aspectos da relação da Revolução com a imprensa.

Consulta ao *Google Scholar* revela algumas teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação nos últimos 20 anos, como os trabalhos de Aita (2007), que revisita as ideias políticas de Joaquim Francisco de Assis Brasil no âmbito de uma tradição liberal ampla; de Schneider (2013), sobre a repercussão da Revolução na comunidade judaica; de Matias Soares (2014), sobre movimentos políticos e militares em Uruguiana; de Dal Forno, sobre o *Álbum dos Bandleiros* (2015) e sobre o Partido Libertador (2020); de Dobke (2017), sobre o comportamento das autoridades policiais uruguaias na região de fronteira; e de Adam (2021), sobre o sentido social na coluna de Leonel Rocha.

O tema parecia catalisar mais esforço de síntese, o que sugere ter se distanciado do radar acadêmico no século XXI. Todavia, não denota estar esgotado. Até porque, como alertava Capistrano de Abreu, nossa história, na melhor das hipóteses, mal pode ser escrita sob a forma de ensaios de validade algo efêmera, dada a precariedade com que nossos arquivos são organizados (Gontijo, 2005), situação que, sem dúvida, se incrementou do século XIX para cá, mas ainda não o suficiente. Além disso, estando a história no domínio do pensamento e não da mera transcrição, como também ensina Capistrano, é razoável esperar-se que novas perguntas sejam formuladas ao passado, cujas respostas, sabemos hoje, se corporificam em sintonia aos esquemas interpretativos mais ou menos aceitos em cada época.

1 Balanço historiográfico

A visão libertadora, apesar da popularidade alcançada pela Revolução de 1923, imantou de modo superficial a historiografia no pós-revolução

4 Disponível em: <<https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/palacio-piratini-e-ihgrgs-lancam-documentario-e-exposicao-virtual-sobre-centenario-da-revolucao-de-1923>>.

de 1930. Wenceslau Escobar (1922) sustentou a relação de continuidade que existia entre Borges de Medeiros e Julio de Castilhos, de um lado, e, de outro, entre Silveira Martins, os federalistas de 1893 e os libertadores de 1923, empenhados numa porfia desigual e heroica contra uma ditadura feroz apoiada numa fórmula aberrante da constitucionalidade do país. O quadro ditatorial foi reforçado por Baptista Pereira (1923, p. 245-253), diplomata e jurista, genro de Rui Barbosa, que contabilizou mais de 200 intervenções governamentais nos municípios entre 1896 e 1923. A obra de Gustavo Moritz (1939) sobre o dealbar republicano ajudou a embasar essa perspectiva ao emoldurar o quadro da intolerância castilhista. Mem de Sá (1973) inscreveu o fenômeno de 1923 na tradição libertária brasileira, que dialogaria com o tenentismo e se oporia ao getulismo emergido, sobretudo, com o golpe de 1937, caminho também seguido por Antero Marques em obra surgida alguns anos antes (2005).

De um modo geral, contudo, a historiografia da segunda metade do século XX tendeu a caracterizar a Revolução de 1923 como um evento regional, cuja ênfase seria ideológica e provinciana, resultado de cisão entre as “famílias políticas” locais – castilhistas-borgistas influenciados pelo positivismo comtista de um lado, e, de outro, antigos federalistas e novos dissidentes, movidos essencialmente pelo ressentimento extravasado a partir de sua exclusão do quadro institucional, determinada pelo desfecho da Revolução de 1893 – de modo a interromper período, iniciado depois da pacificação de 1895, de satisfatória estabilidade e progresso garantidos pelo governo continuado do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), que empolgava ininterruptamente o poder no Rio Grande do Sul desde a insurreição castilhista de junho de 1892. Em tal espectro, a conjuntura de crise econômica dos anos 1920 e o contexto político nacional teriam contribuído de modo ancilar para ajudar difusamente a aglutinar as oposições, diversas e fragmentadas, ao borgismo, o qual, apesar do viés autoritário, estribado na Carta estadual de 14 de Julho de 1891, estaria promovendo administração austera, desenvolvimentista e até com fumaças socializantes, vez que empenhada, ao mesmo tempo, na diversificação da economia, na industrialização e na incorporação do proletariado à sociedade, de sorte a operar como nota dissonante no decrépito e corrupto horizonte oligárquico brasileiro, enfrentando o deletério “patrimonialismo” entranhado na sociedade, desde a época colonial, tal como chaga cancerígena. Neste diapasão, a Revolução de 1923 teria crepitado na esteira da fricção entre facções da elite política local, sem se impregnar de base social de maior envergadura. Por esta razão, se lhe reconhece participação borrada na vaga contestatória do tenentismo, desencadeada de modo atabalhado em 1922, percebida por muitos, contudo, dentre os grandes pulsos transformadores da época e como um dos

fatores decisivos para a eclosão da Revolução de 1930.

Virgínio Santa Rosa (1933), em obra escrita em meio à fermentação tenentista, explica o fenômeno como transbordamento das vanguardas de classe média, que por sua própria natureza intrínseca se contraporiam, de modo maniqueísta, às elites agrárias e industrial. Já para Barbosa Lima Sobrinho (1933), a Revolução de 1930 foi produto do choque entre as situações políticas estaduais, numa disputa essencialmente intraoligárquica. Nelson Werneck Sodré (1976), por sua vez, reforça identificação da Revolução de 1930 como aríete burguês vibrado contra as emboloradas muralhas agrário-oligárquicas.

No âmbito do antigo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), intelectuais de prestígio, como Hélio Jaguaribe (1956) e Alberto Guerreiro Ramos (1961), estavam convencidos de que a modernidade brasileira começara com a urbanização e a industrialização a partir da Revolução de 1930. Como mostraram Eli Diniz e Renato Boschi (1977), bem como Dea Fnelon (1981), também em autores influentes, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) e Luciano Martins (1968), o estado era divisado como matriz geradora dos processos sociais, tendo em vista a organização supostamente frouxa de classes no Brasil.

Edgar Carone, com um projeto sistemático e coeso perlustrando a República no Brasil, materializado em diversos livros publicados entre 1965 e o fim dos anos 1980, indicou que os movimentos rebeldes dos anos 1920 tinham em comum o objetivo de abrir uma brecha no sistema oligárquico, embora não desejassem solapar a propriedade privada e tampouco destruir a sociedade de classes. A partir de 1924, nota, proclamações ideológicas drapejando reformas sociais mais amplas ganharam musculatura, sem assumirem, contudo, dominância. As sedições tenentistas, que acredita estarem lastreadas nas classes médias, não desaguaram necessariamente na de 1930, pois esta adquiriu feição mais complexa, na qual oligarquias dissidentes estaduais se aliaram temporariamente aos militares rebeldes. Para Carone, a morte de João Pessoa e as consequências da crise econômico-financeira de 1929 foram cruciais para colmatar a aproximação de setores radicalizados das elites regionais aos tenentes no exílio. 1930 teria sido, assim, uma acomodação intra-oligárquica, com pauta estendida, mas nem por isso revolucionária, não obstante tenha desencadeado transformações institucionais, que resultariam da renovação promovida pela incorporação de elementos das classes médias a um processo que entraria em refluxo com o fracasso da Intentona Comunista de 1935 e com o golpe que instituiu o Estado Novo em 1937 (Carone, 1971; Marchetti, 2016).

Influenciado pela Escola dos Anais, a dinâmica entre ruptura e

continuidade perpassa sua obra, informando uma periodização da história republicana que acabou se tornando amplamente aceita. Privilegiando fontes jornalísticas, Carone compõe uma narrativa factual detalhada que se converte em base referencial, o que, aliado a uma compreensão global da história do período, o libera das amarras de perspectivas regionalistas ao mesmo tempo em que lhe faculta perceber detalhes que escapam aos analistas mais esquemáticos ou menos sistemáticos. Notou, por exemplo, que lideranças militares entraram em rota de colisão com o castilhismo a partir de 1896, que o PRR era crivado por longa série de desavenças intestinas e que os rebeldes de 1923 mobilizaram-se nacionalmente, aproximando-se, inclusive, do tenentismo.

As perspectivas se articulavam na obra seminal de Boris Fausto (1986), publicada em 1970, que, numa tentativa pertinente de superar interpretações alicerçadas na dicotomia entre o setor agrário-exportador e a burguesia voltada ao mercado interno, explica a Revolução de 1930 como movimento de acomodação das classes dominantes não alinhadas à cultura do café, em aliança temporária com as classes médias e o tenentismo. Até então, a Reação Republicana de 1921, movimento que uniu Borges de Medeiros e Nilo Peçanha contra a candidatura vitoriosa de Arthur Bernardes à Presidência da República, era explicada como resultado da impossibilidade de acordo entre as máquinas políticas estaduais da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, que pleiteavam a vaga de vice-presidência na chapa majoritária. Fausto mostrou serem as raízes da cisão mais profundas, fruto da insatisfação de segmentos oligárquicos não identificados com a cafeicultura. Neste arco, a Revolução de 1923 foi percebida como expressão regional de um fluxo mais amplo que reagrupava e reacomodava forças em vários pontos do país.

João Neves da Fontoura, em suas *Memórias* (1969), com efeito, inscreve a Revolução de 1923 num processo desencadeado pela eleição estadual de 1907, quando se verificou uma potente cisão republicana, e transbordado com a campanha de 1922, “propulsoras de um movimento que acabaria por transfigurar-se na Revolução de 1930”. Além disso, a campanha nacional de 1921 identificar-se-ia com a da Aliança Liberal, pois em ambos casos a política gaúcha operaria como “centro de gravidade”. Para Neves, o sucesso da Revolução de 1930 se deveria à “união sagrada” que se estabelecera entre as correntes regionais graças ao desfecho da Revolução de 1923. Ainda que evidente a ênfase na glorificação da política gaúcha e na santificação da Frente Única de 1929, a versão urde os acontecimentos regionais entre si e nacionalmente. Percebe-se, na narrativa de Neves, que a Revolução de 1923 granjeou pertinente grau de popularidade. No entanto, para ele permanece sendo uma questão sem enraizamentos mais firmes no tecido social. Quan-

to ao tenentismo – que começou de forma melancólica com os frustrados levantes da Escola Militar e do Forte de Copacabana, em 1922, e mostrou sua face mais vibrante a partir de 1924 –, Neves sugere um quadro complexo, no qual as possibilidades da época estariam em aberto, com alguns revolucionários de 1923 aproximando-se dos novos rebeldes e o próprio Borges de Medeiros tendo considerado possibilidade de adesão a Isidoro Dias Lopes (Fontoura, 1969, p. 235, 296, 301-307, 316).

Sérgio da Costa Franco (1962; 1988), em textos de 1962 e de 1967, trouxe o conceito de classe social à dinâmica regional. Sob inspiração de Nelson Werneck Sodré (1967), que idealizou o militarismo florianista populista no início da república, atribuiu a cada partido o predomínio em uma região do estado e uma aliança estratégica com uma classe, num movimento tipicamente mecanicista. Assim, a conservadora oposição estaria entranhada na região fronteiriça e se ligaria aos grandes estancieiros, enquanto o jovem Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) deveria sua vitalidade à zona de fazendas serranas (de ocupação mais recente), à região de colonização ítalo-germânica, à burguesia e às classes médias. Costa Franco não pareceu levar em consideração o argumento de Gustavo Moritz (1939), que indicava estarem as assim chamadas classes médias urbanas da época mais associadas a Demétrio Ribeiro, Antônio de Farias e a Barros Cassal, dissidentes desde 1890, do que a Júlio de Castilhos. Inferiu que o Positivismo, ideologia que servira de suporte ao castilhismo, diferentemente da França, onde teria vibrado de modo reacionário, assumiu no Rio Grande do Sul viés progressista. Neste quadro, o PRR era percebido como uma agremiação disciplinada e programática, vetor para ação modernizante que distinguira o Rio Grande do Sul do restante do Brasil, a qual incensaria, inclusive, a ideia de que o capital deveria se infundir de responsabilidade social, podendo ser regulado pelo Poder Público, que se proporia até a encaminhar a “incorporação do proletariado à sociedade”, por meio de fórmulas compensatórias. Para Costa Franco, o Rio Grande do Sul não estaria sujeito ao sistema oligárquico e coronelista que caracterizou a República brasileira no período, pois os coronéis do interior seriam tão obedientes à máquina castilhistas, bem como à de seu sucessor, Borges de Medeiros, que poderiam ser percebidos como burocratas a exercerem interventorias estáveis, especialmente na região serrana, onde geriam um celeiro de votos (Axt, 2021a).

Apesar da sintonia ao jargão cientificista então em voga, Costa Franco não atirava longe das perspectivas cerzidas por autores que o antecederam e se identificavam ao castilhismo, como Victor Russomano, para quem, em edição de 1932, a superioridade dos republicanos estampava-se num sólido “corpo de doutrinas” cinzelado na Constituição de 14 de julho de 1891. Russomano destacava a imantação do Positivismo sobre o cenário

local, não vendo conflito entre a doutrina francesa e o Liberalismo – a Constituição de 1891 era percebida como peça original ao proporcionar equilíbrio entre autoridade e liberdade. A superioridade moral do projeto republicano gaúcho teria sido contestada em 1923 apenas porque Borges de Medeiros fragilizara-se nacionalmente em razão do contexto criado com a eleição de Arthur Bernardes. A Revolução de 1930, todavia, teria reconciliado quase que por encanto as famílias políticas gaúchas e vibrado em nome “da consciência liberal da Nação que via, mais uma vez, burlado, pelas camarilhas palacianas, o direito de escolher os seus governantes” (Russomano, 1976, p. 188, 248, 301, 305).

Uma apreensão intermediária entre as vertentes castilhistas-borgista e libertadora talvez tenha sido esboçada pelo Marechal Setembrino de Carvalho (1950) que, compreensivelmente, realça o Pacto de Pedras Altas como obra de diplomacia política, possível graças a certa disposição de transigência de ambos os lados do conflito, já que se insinuava limitação de meios de parte dos revolucionários para sustentar indefinidamente a pugna e alguma compreensão de Borges de Medeiros sobre a impossibilidade de seguir impondo suas condições sem concessões. Antes de embarcar com destino ao Rio Grande do Sul, entrevistou-se com os deputados Nabuco do Gouveia e João Simplicio de Carvalho, que, oficiosamente, faziam a interlocução do governo com a presidência da República, indicando disposição em acolher sugestões de mudanças na Constituição estadual, aventando a supressão do comando que permitia reeleições indefinidas e admitindo reprimir as intervenções nos municípios. Assis Brasil e os libertadores, afinal, toleraram o quinto mandato de Borges, que por sua vez acabou aceitando a eleição do vice-presidente. O Pacto, sublinhou, foi o portal para “uma nova era, ensejando a que novas energias impulsionassem a vida do estado, favorecendo o advento de capacidades de escol” (p. 119).⁵

5 Tanto as memórias de Setembrino de Carvalho, quanto seu arquivo pessoal, preservado no CPDOC da FGV-RJ, poderiam ter encontrado exegese mais amigável na historiografia. Setembrino encarnou perfil independente, o que pode ter lhe valido impopularidade, sobretudo depois do sucesso da Revolução de 1930: republicano, elogiava o civismo das lideranças da Monarquia; constituinte de 1891 e combatente governista, dissentiu de Castilhos depois da Federalista, cujo gênio despótico e espírito de seita denunciou; chefiou o gabinete do Ministro da Guerra no governo Hermes da Fonseca, mas não acompanhou a pretensão de Menna Barreto de se lançar candidato à oposição de Borges de Medeiros; aceitou funcionar como interventor no Ceará, tendo apaziguado o Padre Cícero, mas condenava a política de Pinheiro Machado e as “salvações” do governo Hermes; organizou a partir de 1914 a campanha do Contestado em Santa Catarina, fracassando no intento de parlamentar com os rebeldes e acabando por promover a destruição da cidade de São Pedro, aniquilando violentamente os sertanejos; foi escolhido Ministro da Guerra pelo antipatizado Arthur Bernardes por, como chefe do Estado Maior, ter sufocado os rebeldes de julho de 1922, e por, como comandante do

Como sublinha Maria de Lourdes Janotti (1998, p. 125) “apesar do discurso historiográfico revestir-se de estilo próprio, acabou por utilizar os mesmos argumentos levantados por homens da época”, reproduzindo, como também notou Loiva Félix, a “visão que a classe dominante tinha de si” (1992, p. 69). A introdução do conceito de classe social foi uma inovação, assim como chamou a atenção a percepção do positivismo castilhistas em oposição ao liberalismo, funcionando quase que como uma base de sedimentação à posterior emergência do trabalhismo, tese que foi de fato explicitada por Bodea (1979), numa espécie de ilusão retrospectiva do porvir, como diria Pierre Vidal-Naquet (1981), mas que, em essência, não se afasta da perspectiva do oficialismo republicano.

O esquema foi amplificado pelo brasilianista Joseph Love (1975). Atento em iluminar o papel do PRR e da política regional em nível nacional, Love insistiu na tese de que as questões políticas estariam em primeiro plano no movimento das oposições gaúchas nos anos 1920, considerando ser a pauta principal dos opositores o afastamento de Borges de Medeiros do poder. Assim, não muito distante de João Neves ou até de Russomano, percebeu a Revolução de 1930 como um momento de afirmação do regionalismo após a superação dos antagonismos ideológicos possibilitada pelo Pacto de Pedras Altas. Love chama a atenção para a importância da conjuntura que se desenhou com a derrota da Reação Republicana, o que teria fragilizado posição do situacionismo gaúcho. Nota, ainda, corretamente, que Isidoro Dias Lopes, veterano de 1893, combatera contra Julio de Castilhos, e que, em 1923, tenentes, dissidentes republicanos e libertadores haviam se aproximado, passando a promover algumas ações articuladas de 1924 em diante. Mesmo percebendo a existência de divergências no seio dos revolucionários de 1923, as quais teriam sido mais bem equacionadas com o congresso do Partido Libertador, em 1928, a vitória parcial com o Pacto de Pedras Altas teria dado projeção nacional aos oposicionistas gaúchos (Love, 1975, p. 216-219, 225, 228, 242).

Noutro esforço de sistematização, Arthur Ferreira Filho (1973) –

4º Exército, em Minas Gerais, ter se oposto corajosamente ao Clube Militar, então presidido por Hermes da Fonseca, patenteando a falácia corrosiva das cartas assealhadas em outubro, pelo *Correio da Manhã*; transpirou admiração à liderança de Borges de Medeiros, ao mesmo tempo em que reconhecia com efusão a legitimidade dos revolucionários de 1923; por outro lado, comandou a repressão ao movimento tenentista, não cedendo diante do levante de 1924 na cidade de São Paulo, onde farto bombardeio por terra e por ar acarretou devastação urbana, paralização da indústria, tragédia humanitária, mais de 500 mortos e quase 5 mil feridos; contribuiu para a modernização do Exército e embora tenha sido vagamente lembrado para a sucessão presidencial em 1925, afastou-se da vida pública depois do convulsionado governo Bernardes; professou reiteradamente fé na democracia, mas foi Ministro da Guerra de um governo que transcorreu em estado de sítio.

identificado com o positivismo, filiado ao PRR e combatente como capitão na Brigada do Norte, portanto, agente político e militar no processo estudado por ele próprio – argumentava que, se 1893 fora “um dos raros casos de guerra civil onde não entrou qualquer motivo de natureza econômica”, mas “exclusivamente políticos”, derivados de “ressentimentos entre homens que, na disputa do poder no Estado, haviam recebido recíprocos agravos” (1974, p. 181-182), 1923 seria espasmo da peleja pretérita em torno da “ordem ideológica” (1974, p. 22). Ferreira Filho (1974, p. 223) notou que nem todos libertadores se acomodaram com o Pacto de Pedras Altas e alguns se conectaram com tenentistas entre 1924 e 1927, envolvendo-se em novas incursões contra o governo Borges de Medeiros.

Perspectiva semelhante apresentou Hélio Silva (1975), que admitia como causa central da revolução a situação institucional “anômala” do Rio Grande do Sul (p. 95), que manteve vivos “velhos recalques” partidários, açulados também pelo “machismo”. Para Silva (p. 86), a revolução teria surpreendido, considerando “a tranquila situação econômica que o estado vivia”. Ao mesmo tempo, Silva reconhece conexão, ainda que de modo ambíguo, ao tenentismo, porque o Pacto de Pedras Altas, messe de costura política de Arthur Bernardes, teria desmobilizado parte dos gaúchos revoltosos, mas não todos, pois Honório Lemes, Zeca Neto, Leonel Rocha e Julio de Barros se engajaram nos levantes de outubro de 1924, no Rio Grande do Sul (p. 146), enquanto Plínio Casado, eleito deputado federal pela Aliança Libertadora em 1924, envolveu-se na revolta do Encouraçado São Paulo (p. 165).

Em sentido oposto, Bruno de Magalhães (1973), numa espécie de panegírico a Arthur Bernardes (mas com boa resenha do caso das Cartas Falsas), não compreende 1923 como parte integrante do “ciclo revolucionário”, dedicando-lhe apenas um parágrafo (p. 153), no qual incensa a tese de que os lados “adversários cessaram a luta e volveram à habitual normalidade”, depois de concessões recíprocas e do devido acatamento do governo e da autoridade do presidente da República. O autor trata a obra de diplomacia de Setembrino de Carvalho, que poderia ser assinalada como um dos pontos altos do governo Bernardes, com uma pincelada.

Explicação culturalista foi tentada por Antero Marques. A última guerra à gaúcha, pulsando cavalaria e despejando cargas de lanceiros, seria uma revolta do espírito do campo contra uma capital “madrasta”, que exerceria uma “ação corrosiva e entibiadora, com sua escola de servilismo” conduzida por um “ditador esquivo, manhoso”, manipulador, silencioso e “neurastênico”, a frente de um partido sinistro que seria uma “combinação de maçonaria com ordem jesuítica” (2005, p. 37, 39, 53, 61). A perspectiva reeditava o espírito emulado no “poemeto campestre” *Antônio Chimango*, que

Ramiro Barcellos criara com o pseudônimo de Amaro Juvenal (1957), bem como em *Ruínas Vivas*, de Alcides Maya (2002, p. 97), onde se lê: “compreendera o espírito do tempo: a beca substituíra a espada”. Neste terreno, Marques perfilha a noção de “quixotismo consciente”, captada a Ângelo Dourado (1977). A ideia de uma “pedantocracia acadêmica” e cidadina que corroía as fibras quase heroicas do homem colonial é pedra de toque na obra de Gilberto Freyre, para quem a vinda da Corte Real em 1808 promovera uma europeização do Brasil original e mestiço, desencadeando a decadência dos sobrados e mocambos (Pallares-Burke, 2005). Para Marques, Honório Lemes era o legítimo representante desse espírito livre, criativo e adaptado ao meio (p. 140), que se opunha também ao caudilhismo de lideranças macabras como Firmino de Paula, João Francisco Pereira de Souza e Pinheiro Machado (p. 339). O debate sobre a incidência do caudilhismo no Rio Grande do Sul siderou a intelectualidade regional até os anos 1960, dividindo-a nas matrizes historiográficas platina e lusa, como mostrou Gutfreind (1992), e os agentes envolvidos na política do período apodavam-se mutuamente⁶.

Em 1972, uma dissertação de mestrado defendida no Departamento de Geografia da USP por Geraldo Müller converteu mecanicismo em funcionalismo, inspirado no marxista Nico Poulantzas, então em voga. O estado – que na teoria original de Marx não desempenharia papel expressivo no processo de reprodução do capital, sendo, quando muito, o “comitê da classe dominante” – foi aí encarnado como fazendo sempre todo o necessário para amparar a acumulação capitalista, desenhado como indispensável indutor do desenvolvimento, função que conciliaria com a promoção de justiça social (Axt, 1997; 2002).

Müller (1972, p. 38), a despeito da roupagem acadêmica e da adesão à epistemologia marxista, também concluiu que a Revolução Federalista não poderia ser captada “como traduzindo antagonismos profundos de ordem econômica”, escopo que teria informado a disputa política sequencial. Embora não estivesse na prática afirmando nada diferente do sustentado por Ferreira Filho, foi convolado em referência pela historiografia (Axt, 2001, 2011).

Céli Pinto também relativizou o impacto das políticas públicas sobre a mobilização de interesses específicos, pois as oposições não teriam

6 João Francisco Pereira de Souza, considerado por Marques, bem como por Florencio Sanchez (1990) e por Flores da Cunha (1943; Aita, AXT, 1998), o protótipo do caudilho atrabiliário, publicou ensaio em 1923 comparando o bacharel e urbano Borges de Medeiros a Facundo: “as garras aduncas do tigre de *los llanos* não foram mais terríveis que o bico amarelo do chimango”. Borges, dizia, em meio ao tonitruar de cavaleiros na Revolução de 1923, “é agora Facundo Quiroga, cego, obcecado. Não se dá conta que está caminhando de encontro à morte!” (Souza, 1923, p. 15).

proposto um projeto alternativo de desenvolvimento, não tendo, portanto, sido capazes de se articular com eficácia: o federalismo estaria atado ao culto à figura de Gaspar da Silveira Martins, à “defesa intransigente do sistema parlamentarista” e à “crítica à falta de comprometimento do PRR com seus princípios filosóficos” (Pinto, 1987, p. 90). Para Héglio Trindade, a unificação das oposições decorreria “muito mais de um esgotamento do sistema político autoritário do que da incapacidade do modelo de desenvolvimento republicano de enfrentar novos desafios da crise econômica do após-guerra” (Trindade, 1993, p. 158).

Sandra Pesavento entendeu que “a partir da vitória republicana, tem-se a implantação, no Rio Grande do Sul, de um esquema de dominação apoiado num partido altamente burocratizado, rigidamente disciplinado e com um embasamento filosófico definido” (1993, p. 209) e, “admitida a subordinação da prática à teoria, postulado de nítida inspiração comtiana, o PRR empenhar-se-ia na tarefa de promover a racionalização da produção como forma de obter o progresso econômico” (1996, p. 116).

Em 1981, Maria Antonieta Antonacci publicou trabalho no qual, assim como Neves da Fontoura e Love, valorizou como fatores aglutinadores da oposição a derrota da Reação Republicana, bem como o contexto de crise econômica, aprofundada regionalmente, como também destacou Pesavento, pela ortodoxia de Borges de Medeiros, que resistiu em ir ao socorro de indústria pecuarista em momento delicado. Além disso, reconheceu diversidade social e ideológica ao grupo oposicionista, admitindo, inclusive, que trabalhadores e elementos das classes médias teriam sido atraídos para o campo revolucionário para compor alianças temporárias (1981, p. 96), nesse sentido incorporando ensinamentos de Edgar Carone e Boris Fausto. Porém, concluiu: “não havia condições objetivas para que os grupos de oposição se organizassem efetiva e continuamente, de modo a viabilizar suas alternativas políticas ao projeto de organização estabelecido pelo PRR no Rio Grande do Sul” (1981, p. 23).

Paulo Vizentini (1992) também sublinhou o peso da crise econômica dos anos 1920 sobre a mobilização das oposições. Mas, para ele, enquanto a oposição paulista preferia a via eleitoral para dar vazão às suas contestações, a sul-rio-grandense seguiu o caminho do enfrentamento armado. Em comum, os grupos vibrariam na azáfama liberal-democrática, associando o governismo ao autoritarismo e ao baixo índice de acolhimento das pautas econômicas das elites rurais e anti-industriais. Preso ao modelo explicativo então em voga, Vizentini talvez não tenha destacado suficientemente a limitação do leque de opções imposta às oposições gaúchas, premidas por regime militarizado, e reduz, tanto o Partido Democrático de São Paulo,

quanto o movimento libertador, a destacamentos ruralistas, conservadores e anti-industriais (p. 46), sem oferecer, na prática, lastro empírico consistente de ratificação da tese.

De fato, como mostrou Maria Lígia Prado (1986), a base social e a pauta do PD seriam mais complexas, abrangendo um arco que também contemplava aspectos do debate em torno da industrialização e da questão social. Para Vizentini, a Revolução de 1930 derrubou as estruturas já corroídas da Velha República, por meio de uma aliança de oligarquias regionais dissidentes e liberais com tenentistas e classe média, costurada a partir da experiência castilhista-borgista, a qual, por suas características ideológico-programáticas, teria se oferecido como plataforma alternativa de projeto nacional, aproveitada por Getúlio Vargas. Com a aposta na correia de transmissão positivismo-castilhismo-varguismo, posicionada no espectro progressista-transformador, 1923 facilmente seria colorida como conservadora ou, até, reacionária, reificando o que publicistas do regime sustentavam na origem.

Entre os que escreveram sobre o cenário sul-rio-grandense na Primeira República havia esforço em categorizar os grupos políticos, aquilando-os como liberais ou conservadores, isto é, na prática talvez mais ou menos engajados na ilusão de proto-gestação da Revolução de 1930, de novo numa “ilusão retrospectiva”. Hégio Trindade insiste na “clivagem ideológica entre duas famílias políticas”: “os conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários”, um silogismo que reproduz a ideia de cizânia entre gasparistas/assististas e castilhistas/borgistas. Haure a engrenagem causal mecanicista ao relacionar a “fissura” à oposição entre latifundiários da região da Campanha e burgueses da zona litorânea (Trindade, 1993, p. 119). A lógica tipológica está presente também em Fonseca (1983, p. 106), que caracterizou *maragatos* (como eram conhecidos os revolucionários) enquanto *liberais conservadores* e *chimangos* (apelido dado aos governistas) como *progressistas conservadores*.

A *fórmula* não opera de modo esclarecedor. Liberalismo, conservadorismo e autoritarismo significam, à luz da ciência política e da história, coisas diferentes. Grosso modo, o liberalismo abraça compromisso com as liberdades individuais e a propriedade, mas sofre adaptações às diferentes épocas e regiões. No Brasil imperial, por exemplo, boa parte dos liberais, mesmo muitos republicanos, não se sentia desconfortável com o instituto da escravidão (Paim, 1998; Carvalho, 2011, p. 144). O conservadorismo, em tese, se opõe ao Liberalismo, pois pretende conservar velhas estruturas e aposta na idealização de tradições (Burke, 1999). No Brasil, uma longa vertente conservadora, pontificada por homens como Bernardo Vasconcellos e o Vis-

conde do Uruguai (Souza, 2002), defendeu a Coroa, a religião católica, a fusão entre estado e igreja, a centralização política, a unidade administrativa e até a intervenção do estado em alguns setores da vida social e econômica, como a educação (Colégio Dom Pedro II), a estrada de ferro Dom Pedro II e o Banco do Brasil, empresas estatizadas (Topik, 1987). O autoritarismo, muito embora presente na prática política de forma entranhada desde as origens da colonização (Leal, 1978), ganhou identidade narrativa própria no Brasil com o advento dos positivistas, que chegaram ao cúmulo de sugerir a Dom Pedro II que desferisse um golpe republicano, a fim de garantir a instalação de uma república ditatorial, abafando as brasas mais democráticas e participativas que se acendiam em torno de uma eventual reconstitucionalização do país (Carvalho, 2011, p. 147).

Não que seja impossível, mas Trindade, Fonseca e outros que abraçam as tipologias nos anos 1980/90 não explicam como conceitos com trajetórias antagônicas passam a conviver na realidade sul-rio-grandense. Por que a proposta de baixos impostos e livre comércio na fronteira – que antecipa na prática a integração do Mercosul – é considerada conservadora enquanto a política repressiva e fiscalista do PRR é interpretada como progressista? Por que a ortodoxia orçamentária de Borges de Medeiros, que não admitia a tomada de empréstimos internacionais para fortalecer o crédito hipotecário, seria considerada progressista? Por que é considerada liberal a prática continuada de amordaçamento da imprensa? Por que é considerada progressista a resistência aos incentivos fiscais a indústrias estratégicas para o processo de acumulação do capital, como a da carne frigorificada e da geração de hidroeletricidade? Por que a defesa no fortalecimento dos parlamentos é considerada conservadora? Como, afinal de contas, algo pode ser progressista e conservador ao mesmo tempo? Conservadorismo e progressismo são categorias subjetivas, que podem significar aspectos distintos, dependendo da época e do interlocutor, conforme propõe Koselleck (2006)?

Para Maria Antonieta Antonacci, que reconheceu mais diversidade no cenário proposto, o segmento oposicionista de 1922 formava-se por federalistas, liderados por Maciel Junior, Wenceslau Escobar, Raul Pilla e outros; democratas, aglutinados em torno das lideranças dissidentes de 1907, como Assis Brasil e Fernando Abbott; e dissidentes republicanos mais recentes, como as famílias Pinheiro Machado e Menna Barreto. O retrato é similar ao desenhado por Rubens de Barcellos em 1923 (1960). Contudo, a historicidade de cisões, como recomenda Karepovs (2003), permite compreender que clivagens no interior do PRR não podem ser convenientemente explicadas pela tese da divergência ideológica entre positivistas e liberais (Antonacci, 1981, p. 24).

O federalismo era, como qualquer outro partido, fraturado por correntes intestinas. Maciel Junior, por exemplo, não acompanhou o partido no apoio a Fernando Abbott em 1907 e se manteve distante na campanha de 1922. Pedro Moacyr entrou em rota de colisão com o castilhismo em 1895, migrando para o Partido Federalista sem jamais colocar o parlamentarismo acima do pragmatismo que permitia composição com outros grupos de oposição⁷. O Coronel José Gabriel da Silva Lima, de Cruz Alta, combateu os federalistas em 1893, mas buscou amparo no partido em 1902, chegando a ter seu jornal, *O Município*, duas vezes empastelado pelo correligionário castilhista Vazulmiro Dutra⁸. Germano Hasslocher, ao contrário, transferiu-se do federalismo para o castilhismo. Alfredo Varella abriu dissidência com Castilhos em 1895 e, assim como Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, seguiu identificado com o Positivismo. Adolpho da Fontoura Menna Barreto atritou-se com Castilhos em 1896, na mesma época em que a família Telles, liderada pelo General Carlos Telles, escorregou para a dissidência (Axt, 2021). Aparício Saraiva estava com os revolucionários em 1893 e com os governistas a partir de 1897 (Chasteen, 2001). João Francisco Pereira de Souza, simpático ao positivismo, castilhista de cruz da testa, ligado ao Senador Pinheiro Machado, rompeu com o borgismo em 1910 (Axt, 2022). Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura haviam se atritado, por diferentes razões, com Borges de Medeiros, antes de 1922 (Aita, Axt, 1997; 1998). Na conjuntura que se estendeu da morte de Castilhos, em 1903, ao início do Governo Carlos Barbosa Gonçalves, em 1908, Borges de Medeiros promoveu a substituição de diversas situações castilhistas municipais por elementos melhor alinhados à sua política (Axt, 2001; 2011). Para o respeitado lente da Faculdade de Direito de Porto Alegre Manoel Pacheco Prates, dos velhos republicanos que ajudaram a consolidar o partido no Rio Grande do Sul, apenas o vice-Presidente Protásio Alves e o deputado Manoel Barreto Vianna ainda se alinhavam de fato com Borges de Medeiros em 1922, mesmo assim a contragosto⁹.

Dos seis generais libertadores em 1923, dois eram republicanos históricos – Zeca Neto e João Rodrigues Mena Barreto, o que por si só já indicaria que a linha de transmissão direta entre gasparismo parlamentarista e libertadores, de um lado, e castilhistas-positivistas, de outro, não se sustenta. Leonel Rocha, por sua vez, era uma autêntica lideran-

7 O Canabarro, Rivera, 9, 12, 19, 23 e 16 de janeiro de 1902. VISCA, Arturo. P. Temas políticos internacionales. Interview with el Dr. Pedro Moacyr. *La Razon*, Montevideo, 25 de abril de 1908. Biblioteca Nacional do Uruguai.

8 O Canabarro, Rivera, 20 de fevereiro de 1902. Biblioteca Nacional do Uruguai.

9 PRATES. Manoel Pacheco. Carta a Fernando Setembrino de Carvalho, 8 de outubro de 1923. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

ça popular, mobilizando ervateiros, posseiros e caboclos na região serrana que jamais poderia ser confundida como membro da elite estancieira fronteiriça. João Batista Luzardo, que lutou em 1923, eleito deputado federal, fez de seu mandato uma tribuna a disposição dos tenentistas, entre 1924 e 1927 (Adam, 2021; Dal Forno, 2017, p. 169).

Em outros países, a Revolução de 1923 repercutiu pouco junto à historiografia. No Uruguai, a participação do filho do General Aparício Saraiwa, Nepomuceno Saravia Garcia, nos combates ao lado dos borgistas gerou algum debate. Nas suas memórias (1956), Nepomuceno tentou se justificar, explicando que, morto Gumercindo no Carovi em 1894, Aparício entendera que suas diferenças com o castilhismo estariam encerradas, chegando, inclusive a contar com o apoio de Castilhos e Borges de Medeiros, via João Francisco Pereira de Souza, nas revoluções *blancas* de 1897 e de 1904, de tal sorte que estaria, em 1923, retribuindo o apoio recebido pelo pai. No calor dos acontecimentos, entretanto, ele foi considerado um mercenário estrangeiro a serviço do borgismo, o que repercutiria mal na imprensa e no Congresso brasileiro. Estancieiro e revolucionário em 1923, Adalberto Corrêa (Corrêa, 1954, apud Lemieszek, 2013), em suas memórias, não reconhece a Nepomuceno habilidades militares excepcionais, sugerindo que Borges de Medeiros angariou mais desgaste simbólico do que benefícios práticos com a sua adesão¹⁰. A questão, no entanto, é pontual e mais haveria a ser explorado quanto a conexões estrangeiras da Revolução.

10 Em obra recente, Hernández Desplats (2023) questiona a narrativa de pagamento de 50 mil pesos a Nepomuceno pelo governo Borges de Medeiros, compreendendo que ele teria se engajado no conflito por idealismo e sublinhando que os mesmos que se scandalizaram com sua participação em 23, haviam aplaudido a presença de Aparício na Federalista e normalizavam o engajamento de Adão Latorre em ambas as revoluções. Desplats nota ainda que Nepomuceno vivera em Bagé, com a família, dividira com Basílio Muñoz o comando da curta revolução *blanca* de 1910, além de ter recebido apoio do velho PRR na revolução de 1935 no Uruguai. Destaca, ainda, que a presença de Nepomuceno suscitou farta cobertura sobre a Revolução de 23 na imprensa uruguaia, com o jornal *blanco El País* chegando a destacar um correspondente para acompanhar seus movimentos. Todos argumentos pertinentes. Sobre o controverso saque à estância de Luisa Pereira de Souza, mãe de João Francisco, antigo aliado de Aparício, cujos restos mortais permaneceram no mausoléu da família ali localizado até 1921, Desplats acredita que, se confirmado, poderia ter sido endereçado a Adalberto Correa, que então arrendava os campos (p. 13, 27, 31, 91, 120). Como há uma carta do próprio João Francisco Pereira de Souza ao Coronel Flores, pai de José Antônio Flores da Cunha, sob cujo comando Nepomuceno funcionava, rogando sua intervenção junto ao filho para a devolução dos itens subtraídos, dentre os quais a espada do pai de João Francisco, com a qual Nepomuceno, aliás, teria se deixado fotografar, há poucas chances de não ter se efetuado o traiçoeiro e constrangedor ataque (para que se tenha uma dimensão da gravidade do ato, a cena reproduzida no mausoléu no cemitério Buceo em Montevideu foi retratada pela revista *Caras Y Caretas*, de Buenos Aires, com base em foto tomada no leito de morte de Aparício em um dos cômodos da sede da estância de Luisa Pereira de Souza, em 1904).

Na virada do milênio as fragilidades do esquema interpretativo estavam dispostas. Eli Diniz (1978) mostrou o aparato estatal relativamente autônomo e permeado por feixe de interesses mais ou menos organizados, mesmo em períodos ditatoriais, sem descolamento, portanto, da sociedade civil. Na esteira de Boris Fausto, Maria do Carmo Campello de Souza (1976) criticou abordagens explicativas da Revolução de 1930 que pretendiam transportar para o Brasil modelos de luta de classes europeus. Edgard de Decca (1981) chamou a atenção para a eficácia do discurso dos vitoriosos na Revolução de 1930, que promoveu um apagamento duradouro da versão dos vencidos.

Paulo Sérgio Pinheiro (1975; 1981) não percebeu nos tenentes agentes do progresso e de uma ação modernizadora da sociedade brasileira, já que seu discurso era manifestamente autoritário, ao passo que sua plataforma em pouco extravasava a crítica ao sistema eleitoral oligárquico. Pinheiro expõe a falácia em atribuir compromissos populares aos tenentes, já que sua ação seria paternalista e desmobilizadora. Os transe tenentistas seriam impopulares – tanto os tenentes temiam que o populacho assumisse o controle, quanto as massas repeliam sua ação autoritária. Para Pinheiro, a Revolução de 1930 foi um rearranjo de forças ao nível das classes dominantes, mas os extratos médios e operários lhe emprestam apoio, em razão da figura ousada de Getúlio Vargas, que drapejava a possibilidade de diálogo entre as velhas tradições e as novas aspirações sócio-políticas, em parte agitadas pelos tenentes. As classes médias não teriam sido capazes na Velha República de produzir uma pauta alternativa devidamente articulada, mas a Revolução de 1930 acabou indo além de seus atores.

Para Frank McCann (2007, p. 339), com efeito, o foco da luta dos tenentes nos anos 1920 não estava na questão social, mas residia no esforço para ampliar o controle intraorganizacional do Exército, já que sua coesão interna se revelara precária desde a proclamação da República. Esta perspectiva golpeia teses que sugeriam ter o Exército exercido “poder moderador” na República (Pedreira, 1964; Stepan, 1975), o que deixava a porta aberta para, no limite, compreender o golpe de 1964 como o corolário de um movimento progressista e democrático iniciado pelo tenentismo em 1922, para completar a obra inacabada da proclamação da República (Borges, 1992, p. 234). Mem de Sá (1973), a esse propósito, percebeu a Revolução de 1923 como um elo na corrente desse processo supostamente libertário. Pinheiro e McCann, assim, colocam-se em sintonia com José Murilo de Carvalho (1974) que caracteriza o Exército como “poder desestruturador”.

Marieta Moraes Ferreira (1993), ao perscrutar a Reação Republicana de 1921, chama a atenção, na esteira do que propusera Love, para a necessi-

dade de se valorizar os estados com economia de segunda grandeza como eixos alternativos de poder na República Velha. Marieta e Pinto (2006), além disso, não acreditam que a Reação Republicana, como propusera Conniff (1981), em razão do padrão de mobilização engajado por Nilo Peçanha, operasse como fonte de origem para o populismo no Brasil, já que, para elas, o mesmo Nilo Peçanha, apesar do discurso liberal e dos comícios populares, empregava na política interna práticas típicas do sistema coronelista de poder, tal qual descrito por Vitor Nunes Leal (1974).

Vavy Pacheco Borges (1992) mostrou a pluralidade de conceitos e propostas que fermentaram no seio do tenentismo. Nesse sentido, convoca historiadores a deslocarem-se para uma visão da história como possibilidades. Para Vavy, em parte impregnados pelos humores do contexto da redemocratização institucional dos últimos 15 anos do século XX, historiadores e cientistas políticos brasileiros estariam menos preocupados com a ênfase nas explicações ideológicas e mais atentos nas acomodações em torno do conceito e da prática de representação (1998, p. 181-2).

Duncan Baretta (1985) mostrou que o conflito entre facções durante a Revolução Federalista de 1893 havia sido mais feroz em municípios onde eram acirradas disputas pela posse de terras e nos quais, durante o Império, era mais tensa a fricção entre os Partidos Liberal e Conservador. Além disso, mostrou que do lado dos federalistas mobilizaram-se comerciantes fronteiriços e platinos engajados naquilo que qualificavam livre comércio, mas que era taxado de contrabando por comerciantes da zona urbano-litorânea, fixados em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, associados aos republicanos. Dessa forma, introduziu a reflexão sobre o lastro econômico a permear a cizânia política entre os sul-rio-grandenses. Nessa toada, obras mais recentes apontam no sentido da composição social complexa do elemento revolucionário em 1893, bem como em 1923, congregando não apenas grandes estancieiros ou ricos comerciantes da fronteira, mas também ervateiros, posseiros, pequenos proprietários rurais e descendentes de imigrantes europeus (Cabeda, 1993, 2004; Alves, Torres, 1993; Ardenghi, 2003; Axt, 2018).

Loiva Félix (1987), debruçando-se sobre os casos de Santa Bárbara e Palmeira das Missões, concluiu que os chefes locais não eram títeres submissos a Borges de Medeiros e que entre eles se estabelecia uma relação de confronto, cooptação e cooperação, típica do sistema coronelista de poder, conforme descrito por Leal (1978) e Janotti (1981)¹¹. Heloísa Ramos (1990), es-

11 Grijó, ao acompanhar a trajetória da “geração de 1907”, a partir de textos de memorialistas, como João Neves da Fontoura (1969), e historiadores locais, como Medeiros (1980) e Caggiani (1997), também chamou a atenção para as divergências internas, mas procurou conciliar as interpretações de Célio Pinto e de Helgio Trindade com a perspectiva de Loiva Félix, tendo

tudando Santo Antônio da Patrulha, mostrou que o partido era cindido por facções e conflitos, estando, portanto, distante da imagem de um regime disciplinado, programático e hierarquizado que parte da historiografia incensou. Núncia Constantino (1993) percebeu que os imigrantes italianos estavam longe de se comportarem como súditos passivos de “tranquilas ditaduras serranas”, tomando parte em processos políticos e até revolucionários. René Gertz (2001) percebeu o grau de divisão do partido nas zonas de colonização alemã, pintando um quadro parecido ao desenhado por Nuncia Constantino.

A dinâmica da cisão intraclasses dominante, que reunia em torno do castilhismo-borgismo o setor financeiro e mercantil urbano-litorâneo e os antigos charqueadores, frações não hegemônicas na política mas que ambicionavam proteção estatal ao seu processo específico de acumulação de capital, foi aprofundada com a análise de políticas públicas dos governos Júlio de Castilhos e de Antônio Augusto Borges de Medeiros. A partir daí foi possível mapear que a industrialização, a diversificação da economia, a incorporação do proletariado à sociedade e o apoio ao pequeno produtor rural da zona de colonização europeia não tinham aderência operacional, frequentando, essencialmente, o plano discursivo. A revolução de 1923 passou a ser divisada como momento de crise no qual são externalizadas contradições que fermentam sob a capa aparentemente plácida de um sistema, que se organiza institucional e politicamente, deitando raízes em substratos adubados por entrechoques de interesses econômicos. A eficácia das fórmulas explicativas reside, assim, muito mais na capacidade de contemplar a diversidade de informações das fontes do que na transposição de esquemas interpretativos (Axt, 2001; 2011; 2018; 2021).

Biavaschi (2006), Reinheimer (2007), Cadore (2014), Soares (2014), Rückert (2015) e Hammerschmitt (2019) seguiram sublinhando a intensidade da guerra de facções no seio do PRR, cujo comando central, desafiado pelas próprias hostes, apenas era preservado em razão dos mecanismos autoritários de poder, tais como a bem treinada milícia estadual, a Justiça aparelhada e a fraude eleitoral. Dal Forno (2017, 2020) interessou-se sobre movimentações da oposição depois da Revolução de 1923, ajudando a iluminar a segunda metade da década de 1920, período pouco estudado na história do Rio Grande do Sul.

Assim, certa ambiguidade rondou a percepção em torno da Revolução de 1923. A propaganda e a memorialística libertadoras, que apostaram na heroicização de revolucionários coesamente engajados na conquista da

concluído que as relações interpessoais dos personagens da época deveriam ser estudadas, o que, com efeito, é um pressuposto elementar dos estudos sobre relações coronelistas de poder.

liberdade, não chegaram a suscitar uma versão historiográfica autônoma, capaz de transpor de modo influente os umbrais da época e do nicho em que se acomodava. A narrativa em torno dos sucessos da Revolução de 1930, a seu turno, se impôs, reivindicando a glorificação da política regional e a santificação da união das facções gaúchas a partir de 1928, o que eclipsou a relevância da Revolução de 1923, reduzida essencialmente a um elo no processo de luta ideológica sustentada por uma oposição tenaz, mas elitista, que havia sido excluída do quadro público com a guerra civil 30 anos antes. Um anel de transmissão se estabeleceu entre a Revolução de 1930 e a Revolução Farroupilha, que passou a ser percebida como fonte de origem do republicanismo. A narrativa impactou não apenas o cenário intelectual, com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por exemplo, garantindo que a Farroupilha não assumira viés separatista, como também, a partir de uma série de obras públicas, o espaço urbano – apenas em Porto Alegre inscrevem-se o Parque Farroupilha, o monumento equestre a Bento Gonçalves e a Avenida Farrapos, todos datados de 1935 a 1940. Se, como haviam sugerido republicanos como Ramiro Barcellos, Venâncio Ayres e o próprio Assis Brasil, o republicanismo gaúcho seria herdeiro do espírito farroupilha, a Revolução de 1923, que questionara a pureza desse mesmo republicanismo, tenderia a se converter em ponto fora da curva. Considerando a projeção da classe política regional e, muito especialmente, de Getúlio Vargas, com a Revolução de 1930, o golpe que instalou o Estado Novo e até a comoção gerada pelo suicídio do presidente em 1954, a prédica castilhistaborgista encontrou terreno fértil e acabou se afirmando como um projeto modernizador e moralizador que teria servido de base para a superação do modelo agrário-oligárquico brasileiro. A narrativa encontrou acolhida entre intelectuais de esquerda que tentavam explicar a história brasileira a partir de conceitos esquemáticos de luta de classes e que ansiavam para encontrar a origem do populismo e do trabalhismo getulista. Nesse contexto, a Revolução de 1923 foi vista como uma reação essencialmente elitista e, até, reacionária, mas que, indiretamente, teve o condão de facilitar a unificação das correntes políticas regionais, ajudando, assim, a forjar as bases para a Revolução de 1930. Naturalmente, em tal esquema, se o tenentismo era percebido como um fluxo renovador que engrossara o caudal desaguado na Revolução de 1930, a Revolução de 1923 não teria relação mais clara com o movimento.

2 Política como guerra

A ausência de guerra não representa necessariamente indicação de paz. Como propõe Michel Howard (1984), se a guerra seria um fenômeno com a antiguidade do mundo, a paz seria uma invenção mais recente, que se desenha como um acordo de contenção pelo qual lados contendores recebem incentivos para não generalizar a violência.

Em sociedades antigas, ainda que existissem tratados de armistício conhecidos desde a Idade do Bronze, a guerra com vizinhos não apenas era endêmica, como, ainda, a própria noção de conflagração intestina potencialmente sistêmica estava posta. O mito fundante de Roma, estribado na oposição mortal entre os gêmeos Rômulo e Remo, carregava a inescapável mensagem intrínseca de que o fratricídio se entranhava na política e os pavorosos surtos que assolavam sua história a partir do século IV a.C. seriam componente constituinte da genética, do etos identitário. Após a morte de Remo, o rapto das sabinas remete ainda à ideia de que as famílias originais da Roma primordial teriam se constituído a partir do estupro (Beard, 2017, p. 61-7).

O general prussiano Carl von Clausewitz (2010), empenhado em modernizar em emergentes estados nacionais exércitos erodidos pelo rolo compressor de Napoleão Bonaparte, captou na guerra a continuação da política com a entremistura de outros meios. Na mesma época, o filósofo Benjamin Constant (2020) notava, contudo, que algo estava mudando no modo de se fazer política. Para ele, a liberdade dos gregos antigos consistiria no direito de questionar e remover governantes, condenar ou exilar cidadãos, ou decidir sobre pilhar e escravizar vizinhos. Na prática, eles viviam em estado de beligerância. O indivíduo era tutorado e submetido por organismos repressores, da infância à idade adulta. Uma sociedade estratificada e lastreada em princípios de honra constrangia mobilidades e reprimia individualidades, requisitos que se tornaram valorizados com o advento do liberalismo.

Até o século XVIII, magistrados e governantes estavam a serviço do governo e as facções políticas a serviço delas mesmas. Fazer oposição significava precipitar-se na intriga, em conspiração e em insurreição. A representação da complementaridade entre guerra e política fica evidente nas peças de Shakespeare, nas quais campos de batalha pareciam extensões de dramas palacianos, e vice-versa. Enquanto reis eram tocados por uma aura de divindade, rivais se digladiavam como inimigos figadais. Na França, Richelieu, depois de ascender ao poder em 1620, exilou e executou opositores, com inclemência. Conselheiros decaídos perdiam bens e até a própria vida. Erros eram corrigidos com vinganças. Em 1719, logo depois da morte do Rei

Carlos XII da Suécia, seu influente e impopular ministro, o Barão Görtz, foi julgado e decapitado. Mas um historiador da época achou que se tratava de um “homicídio jurídico”, revelando novas sensibilidades. Nessa quadra, na França e na Inglaterra já se aceitava que ministros desgraçados simplesmente se exilassem em uma casa de campo (Gay, 1995).

A retórica belicosa impregna a fala dos políticos desde os primórdios. Péricles, na oração fúnebre de 430 A.C., reproduzida por Tucídides, em *A Guerra do Peloponeso* (1987, p. 97), matizou a exaltação do modelo ateniense demonizando o espartano. A dinâmica do “nós contra os outros” seguiu ao longo dos séculos galvanizando massas. Mas a partir das revoluções liberais – Inglesa, Francesa e Estado-Unidense – os políticos começaram a desenvolver instituições que permitiram a sua sobrevivência nas disputas pelo poder. Mesmo os derrotados poderiam um dia retornar ao palco. A oposição foi considerada legítima, como forma de manutenção do sistema, e a liberdade de imprensa e de associação foi afirmando-se. A agressão física foi progressivamente sublimada (Axt, 2018a).

David Hume (1987) e Edmund Burke (1999) celebraram na Inglaterra a moderação da eloquência acrimoniosa dos grupos e hostes, cuja transmutação em partidos estáveis enaltecera. Mas a erosão desse equilíbrio em estreiteza e intolerância seguiu como um espectro no horizonte. Mais soturnos, James Madison e Alexander Hamilton (2001, p. 42-8, 99-103, 126, 131), pais fundadores da democracia estado-unidense, perceberam a fricção entre facções se conformar em ameaça mais grave à liberdade do que aquela eventualmente representada pelo gigantismo do estado, nos contornos imaginados por Lord Acton (1985).

Nos Estados Unidos, George Washington se via como árbitro das paixões. Recusou o terceiro mandato e transferiu a faixa presidencial para John Adams, instaurando rotina inédita, cujo exemplo seria, muito a propósito, invocado por Assis Brasil e Rui Barbosa na exposição de motivos (Aita, 2007, p. 140) que desaguou no Pacto de Pedras Altas de 1923. O partidarismo de seus sucessores foi temperado pela Lei dos Direitos de 1791, garantindo a livre troca de ideias. A partir daí, o mecanismo de freios e contrapesos foi se sofisticando, de modo a conter superindividualidades, ou maiorias frenéticas (Gay, 1995, p. 232; Tocqueville, 2009).

Ainda assim, a América teve seus surtos de raiva, como sob o Macartismo, nos anos 1950, quando grassou uma onda de repressão a tudo que ressumbrava esquerda ou comportamento desviante, disseminando-se um corrosivo clima de medo: milhares de funcionários públicos, educadores e artistas foram atingidos. A irracionalidade deletéria daqueles tempos foi eternizada em metáfora arrebatadora na peça de teatro *As Bruxas de Salem*,

de Arthur Miller (1997), que resgata o clima de histeria coletiva capaz de tornar a aplicação do Direito Penal persecutória, delirante e parcial. Nesse interregno, o direito de se opor e de se expressar foi solapado, corroendo a ordem cívica.

A quartelada que proclamou a República em 15 de novembro de 1889 ablaqueou procela de intolerância facciosa sobre o país, cujo ápice se escalou durante a Revolução Federalista (Moura, 1892; Moritz, 1939; Cabeda, Costa, 1902; Axt, 2023). Floriano Peixoto teve a oportunidade para distensionar o ambiente, mas preferiu apostar na exacerbação ao não acolher sugestão do general João Telles para enviar interventor militar neutro ao Rio Grande do Sul em 1892 (Villalba, 1897). Acabou intervindo em favor de Castilhos, apoiando-o com o envio de soldados, armamentos e recursos. Consultado pelo General Moreira Cezar, autorizou os fuzilamentos na fortaleza do Anhatomirim no Desterro, em 1894, assim como teria cancelado o fuzilamento de Silvino Macedo, no Recife, e do Barão do Serro Azul, no Paraná.¹²

Julio de Castilhos estaria empenhado na eliminação física e moral da oposição. Wenceslau Escobar (1919, p. 277) cita telegrama enviado em março de 1893 aos então coronéis Arthur Oscar, Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto e Joaquim Elias Amaro, preservado entre os documentos compilados no “Livro Azul”, de Menna Barreto, sob a guarda da Biblioteca Nacional: “(...) o inteiro desagravo da República ultrajada requer que, ultrapassemos mesmo certos limites, com as devidas cautelas, sofram pela eliminação o justo castigo que merecem odientos caudilhos (...)”. Escobar (1919, p. 276) reproduz ainda telegramas enviados aos Coronéis José Soares e Madruga, publicados no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, ainda em vida de Castilhos, que não contestou a autoria: “Não poupe adversários, castigue nas pessoas e bens, respeitando famílias. Viva a República!”; “Adversários não se poupa nem se dá quartel. Remeto armas e munições que pede.”

Julio de Castilhos opôs-se ao processo de pacificação embalado por Prudente de Moraes em 1895, propugnando a capitulação incondicional dos inimigos. Além disso, sustentava que o governo *colorado* uruguaio fosse punido por ter permitido concentração de rebeldes em território vizinho. A missão do General Inocêncio Galvão de Queiroz, comissionado pelo Presidente Moraes para efetivar a pacificação, foi testilhada (Medeiros, 1995; Axt, 2021).

O mal-estar dos castilhistas foi condensado por João Francisco Pereira de Souza: “Prudente de Moraes (...) hostilizava desabridamente os mais dedicados republicanos – militares e civis – que com bravura, dedica-

12 O Canabarro, Rivera, 31 de janeiro de 1895. WERNECK, Américo. Echos da multidão. O Canabarro, Rivera, 2 de fevereiro de 1902.

ção e civismo exemplar serviram no governo Floriano” de tal modo que “já se preparava uma nova luta interna, entre florianistas republicanos e prudentistas traidores da República”. A paz, segundo ele, fora “malfeita, porque o Uruguai não tinha sido castigado e pretendia continuar hostilizando-nos” (Souza, 1934, p. 99-100).

Witter (1987, 1999) mostra como as divergências em relação à anistia repercutiram na cisão no interior do Partido Republicano Federal (PRF), enquanto Janotti (1986) e Queirós (1986) registram que o consenso entre republicanos não se estabeleceu nem mesmo depois da Federalista. Castilhos de fato viu frustrada sua pretensão de suceder a Floriano Peixoto em nível nacional, mas seguiu regionalmente trabalhando por esquadro partidário na contramão do modelo liberal, reforçando relações personalistas e desmobilizando concorrência (Axt, 2021). Empenhava-se, segundo conceito de Sartori (1982), na consolidação de sistema não competitivo, com partido hegemônico.

Neste horizonte, as eleições seguiram sendo promovidas pelo governo, não como parte da engrenagem democrática ou institucional, mas com o objetivo de preservar nacionalmente as aparências de alinhamento ao modelo republicano, de modo a esvaziar na origem o discurso da oposição, que seguiu denunciando o cenário ditatorial e clamando por intervenção federal. As chances de sucesso da oposição eram mínimas, pois o processo era eivado de fraudes e sujeito a manipulações e compressões. Além disso, os prélios municipais e estaduais ajudavam a manter o partido dominante mobilizado para o enfrentamento dos federais. A influência da política sul-rio-grandense devia-se em grande medida à quantidade de eleitores que o governo conseguia arregimentar (Axt, 2024).

Segundo Wenceslau Escobar, os opositores eram tratados “como estrangeiros em sua própria terra” (Escobar, 1922, p. 32). Muitos sequer conseguiam acesso ao financiamento dos bancos, que, embora privados, obedeciam aos constrangimentos seletivos estabelecidos pelo governo (Assis Brasil, 1983; Cabeda, 1994).

Os meios de expressão também seguiram sendo sufocados, mesmo depois da Federalista. Em 1902, o jornal dissidente *O Município*, em Cruz Alta, foi empastelado¹³. Em 1903, *O Maragato* e *O Canabarro*, publicados em Rivera, no Uruguai, foram atacados, sendo os tipógrafos degolados (Axt, In: Cabeda, Costa, 2002). As edições não foram mais retomadas. Em 1918, foi assaltado o jornal *Correio da Serra*, em Santa Maria (Beltrão, 2022, p. 113). Exemplos de dinâmica rotinizada no período.

13 O Canabarro, Rivera, 16 de fevereiro de 1902.

Não obstante a coação e falta de garantias, a oposição permaneceu agrupada, especialmente na região de fronteira, onde lideranças podiam se beneficiar da justaposição de jurisdições. Com a Revolução Federalista, muitos limites de convivência haviam sido rompidos, de tal sorte que a reconciliação era embaraçada. Federalistas se dividiam entre abstenção dos processos ou deles participarem com anticandidatos, denunciando simbolicamente a condição de antieleição, mais ou menos como faria o Deputado Ulysses Guimarães em 1973. Paradoxalmente, as trincheiras oposicionistas, em vez de minguarem, se estenderam entre 1895 e 1923, engrossadas por dissidentes que se atritaram com as chefias unipessoais de Castilhos e, posteriormente, de Borges de Medeiros. Nem sempre, todavia, federalistas originários recebiam este fluxo sem certo desconforto, já que alguns adesos haviam sido contendores ferozes durante a Federalista e vários não se entusiasmavam pelo parlamentarismo. Em 1907, por exemplo, segmento dos federalistas não aceitou compor com a candidatura oposicionista de Fernando Abbott, que havia brotado do seio dissidente do castilhismo. No ano seguinte, nem todos se empolgaram com o Partido Republicano Democrático, que lançou Joaquim Francisco de Assis Brasil na presidência de honra.

Com a oposição em aprisco, a disputa política se transportou para dentro do próprio PRR. O partido dominante era na prática fraturado por feixes de cisões intestinas. Borges de Medeiros passou a manobrar as facções de tal sorte que não obtivessem controle dos municípios. Nem sempre, contudo, tinha pleno domínio sobre os dissidentes, apesar da força da Brigada Militar e do aparelhamento da Justiça. Ocasionalmente, disputas locais tornavam-se ruidosas e produziam impasses, importando, inclusive, em crises de legitimidade que extravasavam (Axt, 2007).

Love chega a identificar dentre as causas da Revolução de 1923 o aumento da violência contra a oposição na década de 1910. A afirmação carece, contudo, de base estatística. Tudo indica que o clima persecutório para com a oposição arrefeceu em alguma medida após a morte de Castilhos, em 1903. Porém, as dissensões no seio da grei dominante avolumaram-se.

A hegemonia castilhista consolidou-se depois da Revolução Federalista, com os expurgos de 1895. As mortes de Carlos Telles, em 1899, e de Silveira Martins, em 1901, neutralizaram boa parte da ameaça revolucionária federalista. Castilhos, além disso, compôs com Campos Salles, na capital da República, e com Aparício Saraiva, na fronteira.

Mas com a morte de Castilhos, em 1903, abriu-se uma crise de legitimidade, pois Borges de Medeiros passou a disputar a chefia unipessoal do partido com Fernando Abbott, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado. Ponto de ebulição foi alcançado em 1907. Entre 1908 e 1912, Borges

trabalhou a construção de sua própria rede de compromissos, substituindo situações em diversos municípios, desprestigiando antigos castilhistas. Apesar de crises entre 1915 e 1919, envolvendo, especialmente, Ramiro Barcellos e João Francisco Pereira de Souza, além do movimento operário na Capital, Borges consolidou hegemonia, que passou, todavia, a sofrer ataques e questionamentos mais firmes a partir de 1920 (Axt, 2011).

A Revolução de 1923 não se constituiu em rompimento abrupto da paz, mas em momento de exacerbação do conflito sistêmico mediante explosão de violência organizada e mais generalizada que o habitual. Considerando as características do sistema então vigente, a via revolucionária era não apenas parte do leque de opções disponível, como também um desdobramento quase necessário de uma campanha eleitoral com pretensão de sucesso. Muitos foram, com efeito, os planos que agitaram a quadra.

Julio de Castilhos foi acusado de tentar uma insurreição para derubar o Presidente da República em abril de 1895¹⁴. Em seguida, imputou ao General Galvão de Queiroz responsabilidade por tentar depô-lo à força em dezembro de 1895 (Ferreira Filho, 1973; Medeiros, 1995, p. 76). Entre 1896 e 1898, dissidentes republicanos e federalistas se uniram no efêmero Partido Republicano Liberal, flertando com candidatura alternativa, como a do General Carlos Telles. Rumores de sedição polvilharam o cenário, sendo levados a sério pelo governo estadual e pelo Alto Comando do Exército (Axt, 2021). Em 1901, o General Hipólito Ribeiro estava a caminho de reunião com Silveira Martins para tratar de um plano revolucionário quando recebeu na estação ferroviária notícia da morte repentina do antigo inimigo (Orico, 1935). Em 1907, na esteira do cisma que opôs Fernando Abbott e Borges de Medeiros, considerou-se alternativa revolucionária. Em 1910, quando dois irmãos de João Francisco Pereira de Souza foram assassinados em Livramento, empurrando o antigo e poderoso castilhista para o dissenso, o Senador Pinheiro Machado interveio junto ao amigo para evitar que a revolução estalada no Uruguai, partir de uma concentração de *blancos* em Bagé, de algum modo atingisse o Rio Grande do Sul (Axt, 2022). Em 1912, em plena campanha salvacionista, o General Antônio Adolpho da Fontoura Menina Baretto, Ministro da Guerra, alçou-se postulante ao governo do estado (Carvalho, 1950, p. 94-101). A candidatura chegou a ser lançada em manifesto, mas foi abortada¹⁵. Em 1915 e em 1916, João Francisco Pereira de Souza tentou, sem sucesso, articular com Ramiro Barcellos e Fernando Abbott um levante contra Borges (Axt, 2021b). Em 1919, o movimento operário sofreu

14 O Canabarro, Rivera, 2 de maio de 1895.

15 MENNA BARRETTO, Antônio Adolpho da Fontoura. *Livro Azul*. S/d, manuscrito. Acervo da Biblioteca Nacional, RJ.

dura repressão e uma greve geral adquiriu contornos violentos (Petersen, 1993; Axt, 2011; Flôres, 2009).

Passada a Revolução de 1923, o tenentismo manteve o Estado em sobressalto, entre 1924 e 1927 (Rosa, 1927, p. 14). Alguns libertadores aderiram aos levantes, mas sem muito entusiasmo, não apenas porque havia certa gratidão difusa ao Presidente Arthur Bernardes por conta do Pacto de Pedras Altas, como também porque os financiadores do movimento se retraíram – os prejuízos causados pela Revolução de 1923 ainda não haviam sido indenizados pelo governo federal. Os tenentes, por sua vez, elitistas, torceram o nariz para a liderança de Honório Lemes, homem rude e simples, mas conhecedor da guerra de movimento¹⁶. Luís Carlos Prestes talvez tenha aproveitado melhor a convivência, retendo ensinamentos que aplicaria depois na Coluna. Antero Marques (2005) dramatiza a questão com o personagem Tenente, um jovem oficial “estagiando” no Corpo de Hortêncio Rodrigues e na Coluna de Honório Lemes.

Entre 1927 e 1929, os debates que se estabeleceram entre os democratas paulistas, os libertadores gaúchos e os tenentes revelam uma elite oligárquica dissidente colimando reformas institucionais e atenta a eventualmente seguir a via militar apenas após derrota nas eleições sabidamente fraudulentas e na hipótese de cavalgar mobilização para além do próprio campo, compondo com setores populares urbanos e caudilhetes do interior, enquanto os tenentes, voluntaristas e idealistas, pretendiam cortar caminho, partindo direto para a conspiração armada e já começando a colmar um discurso em torno da necessidade de reformas socioeconômicas mais profundas (Forjaz, 1978, p. 60-72; 93). A Aliança Liberal emergiu em 1929 com uma base conservadora convencional, mas já em diálogo com os libertadores, os democratas, os tenentes e o movimento operário. Dentre os principais aspectos de sua plataforma original, a exigência de medidas de proteção a outros produtos de exportação vem da prática do PRR borgista, tendo sido vocalizada na Reação Republicana para sensibilizar oligarquias fora do eixo cafeeicultor; perpassando quase todos os setores estava a “pa-

16 Guerra de movimento, de guerrilha, é assimétrica, pois compreende beligerantes cujo poder relativo, tática, estratégia, composição e forma de financiamento diferem significativamente. Costuma opor exército profissional e milicianos insurgentes, menos equipados, porém motivados, que compensam suas fragilidades explorando o conhecimento do terreno, limitações do inimigo mais poderoso e utilizando estratégias não convencionais e nem sempre militares. Atores mais fracos tentam evitar o confronto direto e perseguir situações que produzam desgastes no inimigo, podendo contar com apoio popular e/ou externo. Embora presente desde a Antiguidade, pretendeu-se em manuais castrenses a substituição da fórmula por doutrinas profissionalizadas e modernas, mas ela persistiu, tornando-se bastante comum e evidenciada com a revolta iugoslava e as revoluções chinesa e vietnamita.

naceia da moeda estável” – como diria Prestes em seu manifesto de maio de 1930 –, medida, aliás, incompatível com o déficit no orçamento público que o programa de valorização forçada provocava, desenhando, assim, uma contradição intrínseca; a defesa do voto secreto e da competência da Justiça para fiscalizar as eleições era, ainda que as fraudes eleitorais fossem denunciadas desde o Império, pauta libertadora e que encontrara acolhida concreta no Pacto de Pedras Altas, tendo sido transposta para a revolução de 1924 e para a Coluna Costa-Prestes; a defesa da anistia aos revolucionários não apenas estava no Pacto de Pedras Altas, como se tornara bandeira da Aliança Libertadora, sendo, por exemplo, um dos motes do mandato de Batista Luzardo na Câmara; a referência à questão social e à necessidade de um Código de Trabalho era uma novidade de origem mais complexa, porque funcionava como um aceno ao movimento operário (o qual, como reação à repressão de 1919, aproximara-se dos revolucionários de 1923, mas voltara a ser cortejado pelo PRR, neste aspecto não divergindo do próprio Arthur Bernardes, que estabelecera o 1º de maio como efeméride oficial de “confraternização universal das classes operárias”, com o claro intuito de domesticar a data usada desde o fim do século XIX para protestos dos sindicatos), uma porta aberta ao tenentismo (que a esta altura já tinha segmentos que abraçavam, ainda que difusamente, o argumento), mas era sobretudo fruto da percepção de Lindolfo Collor e de Getúlio Vargas sobre a experiência de A. J. Renner, que obtinha nas suas empresas em Porto Alegre bons resultados em neutralizar a ebulição social, combinando fordismo e doses de paternalismo alemão. Renner, a propósito (Axt, 2014, p. 179), depois de vitoriosa a Revolução de 3 de outubro, recebeu a missão de auxiliar na elaboração da legislação trabalhista, mas, em especial, de convencer os industriais paulistas de que se tratava de uma ferramenta para beneficiá-los, vez que traria mais estabilidade ao ambiente urbano e ampliaria a produtividade. A ação, como se sabe, esvaziou parte do potencial de reverberação da pregação comunista (Silva, 1972, p. 141; Prado, 1986, p. 158, 176).

Quando Lindolfo Collor escreveu a Getúlio Vargas dizendo que o “movimento” deveria “ser alguma coisa mais além de uma ocasional coligação eleitoral” (Silva, 1971, p. 445) estava claramente fazendo alusão ao sistema vivido até os ossos pelos gaúchos, pelo qual o último estágio de uma campanha com potencial de sucesso deveria ser o recurso às armas. Othelo Rosa (1927, p. 27), referira-se a Assis Brasil na conjuntura de 1922 em termos similares: “não se fartou de proclamar a impossibilidade de vitória, declarando que aquele pleito era apenas o início de ação, um meio prático de arregimentar vontades e coordenar esforços”.

Depois de quatro décadas do consulado algo macabúzio de Borges de Medeiros, havia entre os jovens do PRR um sentido de geração, que vinha

desde o movimento estudantil de 1907, sugerindo-lhes ter chegado o seu momento de renovar, deixando a sua marca. Em 1927, de modo quase profético, Getúlio Vargas escreveu a João Neves da Fontoura, quando ambos haviam sido recém-confirmados na chapa de sucessão de Borges de Medeiros sublinhando ser preferível o suicídio ao fracasso. Hábil, Vargas foi cauteloso e ambíguo na condução da campanha da Aliança Liberal. Mas o conceito de luta armada como desdobramento de campanha eleitoral frequentava a imaginário da época, como ilustra bem relato de João Neves da Fontoura sobre um discurso em Recife (1969, v. 2, p. 282): “pouco antes de partir para o Norte, Vargas pediu-me insistentemente que não pregasse a revolução. (...) positivamente, não era aquele o tom que o imenso auditório esperava de mim e desejava. Dentro em pouco, estrugiam repetidamente de vários pontos do teatro: ‘Viva a Revolução Brasileira’. (...) desde aquele momento, sincronizados, orador e assistência, o discurso deslizou por si mesmo.”

Daí em diante, era preciso reunir todas as forças num arco. Dentre os aliancistas, assim como havia aliados, estavam os que zurziram os tenentes. O próprio Arthur Bernardes começava a se proclamar “ardoroso revolucionário” em Minas Gerais. Talvez, entretanto, a confiança revolucionária se estiolasse, não fosse o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 que operou como fator catalizador. A defecção de Prestes, todavia, que preferiu se aliar ao Partido Comunista, talvez tenha limitado o alcance popular das transformações processadas na esteira da Revolução de 3 de outubro (Barros, 1953, p. 219; Távora, 1974, p. 272, 356; Sobrinho, 1975, p. 127).

A historiografia, talvez por foco na noção de ruptura e por tentar encontrar no passado explicações para as características da mobilização operária brasileira no pós-1930, prestou menos atenção no que François Jullien (2013) chamaria de transformações silenciosas, ou seja, o jogo de tensões e composições subjacentes aos espasmos de superfície. Como registra Emilia Viotti da Costa (1998, p. 13), “crises são momentos de verdade” que põem a descoberto contradições que fermentavam em águas mais profundas. As indagações que caberia fazer à Revolução de 1923 começam pelas condições que permitiram a emergência e corporificação da forma insurrecional, que, além disso, logrou vitória parcial, em um sistema que foi razoavelmente eficaz em esvaziar na raiz ou em desbaratar no topo iniciativas congêneres desde o desfecho da Federalista. Tais perguntas, com efeito se tornam possíveis se deixarmos de considerar a ausência de guerra como paz e se percebermos um sistema que, por sua lógica excludente, admitia implicitamente que uma campanha eleitoral dissidente, ou oposicionista, não se revestiria de êxito sem o recurso ao viés ‘revolucionário’.

3 Condições de emergência do cenário revolucionário

Considerando eventos havidos no Rio Grande do Sul na Primeira República, é possível divisar cinco condições essenciais para o desenho de erupções de violência mais ou menos generalizada e mesclada de intenções políticas sistematizadas: a legitimidade narrativa, a existência de liderança carismática, a capacidade de mobilização de combatentes e de recursos bélicos, o contexto político (regional e nacional) e a conformação de cenário de dificuldades econômicas.

Em 1893, todos estes elementos afloraram. A narrativa era empolgante, vibrava contra o arbítrio, a violência, a desordem jacobina nas ruas e o militarismo sem peias, propondo o respeito às tradições institucionais brasileiras e o parlamentarismo como alternativa. Havia lideranças carismáticas à frente do processo, como Silveira Martins, Joca Tavares, Gumerindo Saraiva e Saldanha da Gama. Mesmo com muitas dificuldades, foi possível reunir combatentes e recursos bélicos em volume razoável para configurar movimento de vulto. Havia crise de legitimidade, pois tanto Floriano Peixoto, quanto Julio de Castilhos, haviam se afirmado pela força, enfrentavam questionamentos e se apresentavam como indivíduos intolerantes e persecutórios. A própria República era modelo longe de consenso, como assinala Janotti (1986). A Armada revoltou-se no Rio de Janeiro e em vários pontos do Brasil havia sinais de insatisfações. Internacionalmente, a causa era capaz de granjear alguma simpatia.

A oligarquia cafeeira paulista queria garantir autonomia federativa a fim de desenvolver suas próprias políticas e achava que seria mais fácil sob o regime republicano. Investira contra a unidade administrativa do Império decaído, aspecto que os federalistas liderados por Silveira Martins queriam restaurar. A elite mercantil de Porto Alegre apoiava a fórmula autoritária de Castilhos na medida em que prometia constranger a influência dos comerciantes fronteiriços, mais ligados à praça de Montevideú. Porém, do lado federalista, havia financiadores em potencial, entre comerciantes fronteiriços, por exemplo.

Na prática, o governo Floriano Peixoto promoveu grave crise econômica. Com os efeitos aplastantes do Encilhamento e da inflação sendo sentidos em todo o país, registrou PIB de -7,5%, o pior desempenho da história do país, seguido num distante segundo lugar pelo governo Collor de Mello, com PIB de -1,3% (Gonçalves, 2014, p. 14).

Com tanto ao seu favor, a Revolução tinha alguma chance de sucesso. Mas o governismo mostrou melhor capacidade de organização militar e dispunha de fonte de financiamento mais robusta. Por seu turno, os revolucionários acumularam erros estratégicos que, somados, se revelaram

fatais. Entre os mais expressivos, é possível listar a retirada intempestiva de Inhanduí, o desgastante cerco de Bagé, a não ocupação da cidade de Pelotas, as descabeladas investidas contra a cidade de Rio Grande, a falta de unidade de comando em um Exército composto em parte por caudilhetes e civis engajados, os deletérios dissensos no Governo do Desterro, a divisão da coluna de Gumerindo Saraiva no retorno ao Rio Grande do Sul depois da infletida em direção a São Paulo, a insistência no combate do Pulador, o romantismo de Saldanha da Gama... Certamente, a extensão abrumadora desse conjunto de cinzas influenciou decisivamente sobre o desfecho que colmatou os destinos da República (Cabeda, 2004; Axt, 2018).

Cabe notar que os revolucionários jamais estabeleceram dentre seus objetivos militares a conquista da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, não apenas porque se tratava de praça fortificada e bem defendida e seu efetivo desautoriza tal investida, por temerária, mas porque, depois do malogro da Revolta da Armada e do soçobro do governo do Desterro, toda esperança se infundiu em esticar a luta ao máximo para atrair intervenção federal capaz de suscitar pacificação que importasse no afastamento de Júlio de Castilhos do poder e na reforma da Constituição de 1891. A ação revolucionária fracassou em quase tudo, conseguindo apenas evitar que Floriano Peixoto lograsse extensão de seu mandato ou constituísse um sucessor alinhado. Castilhos, além disso, engoliu a contragosto a anistia aos revoltosos e precisou formalmente transferir o governo a um preposto, Borges de Medeiros, mas manteve o controle do partido e, na prática, do governo.

Entre 1895 e 1901, as alternativas políticas que consideraram a via revolucionária pretenderam explorar brechas no contexto político nacional, pois Castilhos divorciou-se de Prudente de Moraes e opôs-se à eleição de Campos Salles. Além disso, a oposição tentou atrair militares do Exército. Mas a estratégia não passava de especulação, pois a Prudente não interessava reavivar brasas de excruciantes conflitos e Campos Salles apressou-se em compor com as situações estaduais, conformando o sistema que mais tarde seria genericamente conhecido como “política dos governadores”. Desde que não promovesse instabilidade em nível nacional e mantivesse alguma aparência de legalidade, Castilhos acabou recebendo como que carta branca para a gestão regional.

Em 1907, a narrativa, fincada na disputa pela chefia unipessoal que se estabeleceu no seio do PRR, encerrava apelo menos fibroso, mal conseguindo sensibilizar as oposições em torno de pretensa unidade. Ao indicar Carlos Barbosa Gonçalves para sucedê-lo, Borges esvaziou parte da vaga contestatória contra a segunda reeleição, pretensão que, mesmo entre republicanos, era mal recebida, pois vista como algo que sequer Castilhos

tivera coragem de ambicionar. Barbosa Gonçalves garantia adesão de republicanos históricos e de lideranças da fronteira a Borges. O engajamento dos jovens estudantes da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre na campanha injetou ânimo renovador que rivalizou com as andanças de Abbott e seus aliados pelo interior. O contexto nacional era pouco favorável a sensibilização em torno de um levante armado no Rio Grande do Sul. Em 1905 e 1906, sob a liderança de Pinheiro Machado, os deputados do PRR deram o seu concurso à aprovação do convênio de Taubaté no Congresso, articulado por São Paulo, apesar da má vontade do Presidente Rodrigues Alves. O apoio dos gaúchos fora costurado no acordo sucessório de 1905, consolidando posição de Borges de Medeiros. Na sequência, se o governo Afonso Pena não foi marcado por elevadas taxas de crescimento econômico, também não foi pela estagnação, apresentando políticas assertivas, como a adesão ao padrão ouro, a criação da Caixa de Conversão, fortes investimentos em infraestrutura e promoção da valorização do café, o que ajudou o país a ser conduzido a um ciclo de prosperidade antes da Primeira Guerra Mundial (Fausto, 1986, p. 213, 218-9; Axt, 2011, p. 299).

Durante as salvaçãoes do governo Hermes da Fonseca (1910-1914), Borges conseguiu manter a aliança com Pinheiro Machado, blindando-se contra intervenções federais. A bem treinada e aparelhada Brigada Militar, sempre leal ao Presidente do Estado, operava como um seguro, uma barreira difícil de desafiar.

Durante a Primeira Guerra Mundial a situação econômica do país já foi menos favorável e em Santa Catarina explodiu o atoleiro sangrento do Contestado, que semeou clima de apreensão, mas a narrativa em torno da cisão regional tendeu a arrefecer depois das mortes de Pinheiro Machado e de Ramiro Barcellos. O dramático assassinato de Pinheiro Machado operou como resposta catártica ao trauma causado pelo espingardeamento de um grupo de manifestantes em julho de 1915 no centro de Porto Alegre. A renúncia de Hermes da Fonseca à Senadoria e sua temporária saída de cena contribuiu para sopitar os ânimos.

Em 1923, todas as condições se verificaram novamente, como em 1893. Parte delas se formou na esteira de desdobramentos não calculados das próprias opções estratégicas de Borges de Medeiros, na gestão da economia e da política. A oposição soube perceber o momento propício e aproveitou a janela de oportunidade.

4 Contexto de eclosão da Revolução de 1923

Depois de Rodrigues Alves ter morrido sem tomar posse do cargo e após o breve mandato do vice Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, eleito em novo pleito, assumiu a presidência da República, em 28 de julho de 1919, deixando para trás os dois piores pesadelos da década: a I Guerra Mundial e a epidemia de gripe espanhola. Com a perspectiva de retomada da plenitude da vida urbana e social na maior parte da Europa, o preço do café, principal produto da pauta de exportações brasileira, granjeou alta sem precedentes, em conjuntura também marcada por fartura de crédito. O momento foi de euforia. Pessoa alinhou-se ao horizonte alvissareiro e programou agenda propositiva de obras públicas, beneficiando especialmente o Nordeste, sua região de origem, e o Distrito Federal, pois o Rio de Janeiro receberia, em 1922, a exposição do centenário da Independência do Brasil.

Nos principais estados da Federação vultosos investimentos também foram programados. Os governos de São Paulo e de Minas Gerais – entusiasmados com o sucesso da experiência brasileira em torno do convenio de Taubaté, de 1906, que atribuía ao estado um papel proativo indutor da economia, de certo modo destoando do consenso liberal que animava, até a eclosão da Primeira Guerra, os Estados Unidos e a Inglaterra – decidiram encampar as ferrovias Sorocabana e Sul Mineira, respectivamente (Topik, 1987, p. 124, 125).

No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros açambarcou o porto e a barra de Rio Grande, bem como a rede ferroviária. Parte da historiografia tendeu a explicar este movimento como impulsionado pela ideologia Positivista, mas o governo Borges estava em sintonia com ações promovidas em estados nos quais a mesma prédica não impregnara o ambiente político. De fato, em 1905 o governo estadual festejara contrato de concessão dos serviços a uma empresa estrangeira e, na oportunidade, o mesmo jargão positivista fora invocado para justificar uma fórmula ortodoxamente liberal. Borges de Medeiros mudara de opinião porque as empresas concessionárias não estavam dispostas a comprometer lucratividade para colaborar com o projeto de converter Porto Alegre em centro mercantil do estado, em detrimento de áreas de fronteira. Como havia disponibilidade de crédito nos bancos regionais, que haviam acumulado saldos derivados da poupança pública forçada durante a Guerra em razão da limitação de importações, Borges optou por não captar empréstimo internacional: “o Rio Grande pode viver de per se”, vangloriava-se (Axt, 2020).

Subitamente, porém, o cenário econômico basculou. A Guerra Mundial revelara a emergência de uma nova potência global, os Estados Unidos. Com o fim da Guerra na Europa ocidental, os dirigentes republicanos esta-

do-unidenses mostravam-se ansiosos para retornar ao status anterior ao conflito, caracterizado pelo *laissez faire*. Em 1919, o contingente de 4 milhões de soldados do país já havia sido reduzido para 150 mil. O governo cancelou centenas de contratos com fornecedores e desativou abruptamente agências de regulação de preços e de auxílio social. O governo temia o déficit de 13 bilhões de dólares, que representava 16% do PIB. A dívida de curto prazo saltara de 1,2 bilhão de dólares para 25,4 bilhões, pressionando o tesouro com juros (Fritsch, 1993, p. 5; Arthmar, 2002).

Em compensação, registrava-se superávit de 5 bilhões de dólares na balança comercial. Uma bolha de terras havia se formado. Com a Revolução bolchevique, a Rússia deixara de funcionar como o celeiro do mundo, mas a Europa agora estava faminta. Assim, o ano de 1919 assistia ao aceleramento do incremento do hectare cultivável nos Estados Unidos. Desde 1914, as terras haviam valorizado mais de 70%, o que estimulou os agricultores a buscarem novos financiamentos. Em 1920, registrava-se aumento de 25% no volume de empréstimos no país. O desemprego era de apenas 2% (Arthmar, 2002, p. 3).

Com a inflação alcançando taxa de 22%, considerada alta para os padrões locais, o governo decidiu aplicar um ajuste orçamentário, promovendo contensão fiscal e monetária. Em menos de 12 meses, 9 bilhões de dólares foram retirados da economia, apenas com o cancelamento de contratos governamentais e restrição ao crédito. Em paralelo, a arrecadação subiu 525 milhões de dólares, mediante cortes de subsídios e aferro em fiscalização. Além disso, levantou-se o embargo às exportações de ouro e o governo começou a sacar saldos de excedentes de importações acumulados em países neutros durante o conflito. Perseguindo a miragem do restabelecimento do padrão ouro, o recém criado FED alavancou os juros de 4% a 7%, na maior alta da histórica do país. Como resultado do brutal choque ortodoxo, a depressão sucedeu a euforia em meses. Entre maio de 1920 e dezembro de 1921, o índice de preços tombou 43%, a produção industrial foi reduzida em 36% (Arthmar, 2002, p. 6).

Enquanto isso, o governo estado-unidense se retirou do suporte ao crédito ao comércio internacional, pretendendo delegar a função aos bancos privados. Ora, considerando que o dólar já estava ocupando o lugar da libra esterlina no comércio internacional, faltou moeda na Europa. Isso derrubou as exportações americanas, que encolheram 50% em 1921 em relação ao ano anterior. Caiu, assim, a renda no setor agrícola, hipotecas começaram a ser cobradas, triplicando o número de propriedades transferidas a credores (Arthmar, 2002, p. 8).

A crise deflacionária atingiu o mundo. Houve recuo na oferta de cré-

dito. A França não podia substituir os Estados Unidos, pois amargava ainda consequências do calote russo. A Inglaterra somente voltou a emprestar em 1923.

O preço do café entrou em colapso. Com a economia atrelada ao desempenho do setor, o Brasil foi impactado em 1920 por desvalorização cambial, que, conseqüentemente, imprimiu queda nas importações. Como a arrecadação da União se baseava nos impostos de importação, houve erosão de receita. Para financiar o déficit, emitiu-se moeda, alavancando surto inflacionário (Fritsch, 1993, p. 5).

Neste contexto, as máquinas partidárias de São Paulo e de Minas Gerais se uniram em torno de um novo programa de valorização do café, que seria garantido pela candidatura de Arthur Bernardes. O problema era que sua execução dificultaria ainda mais a preservação da austeridade fiscal, pressionando o câmbio. O câmbio muito baixo era desfavorável a produtos direcionados ao mercado interno, como o charque gaúcho, que passaria, assim, a sofrer maior competição de similares estrangeiros, como o charque platino e o bacalhau.

A queda nas exportações do charque entre 1914 e 1916 havia estimulado a eclosão de movimentos dissidentes no Rio Grande do Sul, como nas cidades de Cachoeira do Sul e Livramento, e Borges de Medeiros percebia com cautela as flutuações do setor. Em 1914, o PRR apoiara o programa de valorização do café, mas sugerira a adoção de compensações, como o imposto de renda, de modo a tornar as receitas da União menos dependentes dos fluxos de importação. Alinhado neste aspecto à ortodoxia liberal abraçada pelas autoridades estado-unidenses, Borges perseguia a miragem do padrão ouro.

Em matéria de política monetária os líderes do PRR mantiveram ao longo da República Velha uma conduta definida e pouco variável. Foram tenazes defensores da estabilidade cambial e contrários ao aumento da circulação fiduciária por meio de emissões sem lastro. Temiam a inflação e o desequilíbrio orçamentário com o conseqüente déficit nas contas públicas, especialmente em função do reflexo sobre os empréstimos externos e sobre os contratos com garantias de juros. Geralmente apoiaram no Congresso os programas de valorização do café, por entenderem que da boa cotação do produto nos mercados internacionais dependia o conjunto da riqueza pública brasileira. Foram ainda aliados da burguesia cafeeira no que se refere à convicção em torno das vantagens de uma certa depreciação estável da moeda (Axt, 2011, p. 296).

Em 1920, já era possível perceber que a direção do PRR se movia de encontro à elite cafeeira paulista e à elite mercantil porto-alegrense,

tradicionais aliadas, ao criticar as emissões desprovidas de lastro. De forma ortodoxa, Borges de Medeiros temia afetar a estabilidade do padrão ouro, em razão do fantasma da inflação. Em busca de aliados nacionais, passou a defender programas de valorização similares para a borracha, o açúcar e o cacau. Era uma estratégia para inviabilizar a proteção ao café, tornando o peso da conta insuportável. Enquanto isso, elevava a taxa de juros fixada em 6%, com o objetivo de captar divisas. Os depósitos populares baixaram em 33 mil contos no Rio Grande do Sul, sendo que 25 mil haviam sido empregados para financiar as encampações. O cenário impôs restrição de meio circulante e do crédito, precipitando hipotecas, penalizando importações. Em julho de 1920, os bancos regionais encaminharam memorando de alerta ao Governo Borges, seguindo, um mês depois, exemplo dos bancos nos Estados Unidos (Fausto, 1986; Axt, 2011).

Em junho de 1921, começava a Reação Republicana com o lançamento da candidatura Nilo Peçanha no Rio de Janeiro, articulada pelas máquinas partidárias dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. O impasse na escolha do vice na chapa de Arthur Bernardes foi divisado como pretexto. Segundo Magalhães (1973, p. 83), a chapa dissidente foi obra de traição política que fez convergir ambições descalibradas de Nilo Peçanha e de Borges de Medeiros, urdidas ao desgosto das bancadas da Bahia e de Pernambuco, de modo a, juntos, açular adrede a quizila nos quartéis. A campanha, desde os albores, se desencadeou de modo crispado, crepitando em clima de violência. Em 9 de outubro, o episódio das Cartas Falsas, publicadas no jornal *Correio da Manhã* com injúrias dirigidas ao Marechal Hermes da Fonseca e referência aos militares como “canalha indisciplinada”, colocou lenha na fogueira, servindo como fator aglutinador das oposições. Mesmo com a suposta autoria de Bernardes sendo desmentida pelos fatos, medrava a convicção de que elas estampariam, todavia, o real sentimento dos bernardistas para com a classe armada. A maioria da oficialidade tornou-se antibernardista. Em torno de Nilo Peçanha forjou-se um movimento de massa, que Conniff (1981) chegou a apontar como origem do populismo no Brasil, com discursos virulentos e caricaturais dardejados contra o adversário. No dia 15 de outubro, Bernardes foi recebido no Rio de Janeiro como um réprobo por uma multidão inquieta a entoar apupos, pasquinadas e versos brejeiros. Mas foi eleito em 1º de março de 1922, no tradicional padrão de fraudes da época (Silva, 1975, p. 46-8).

Já em 26 de abril, o governador do Maranhão, Raul Machado, foi deposto, com conivência de forças federais e do vice-presidente eleito, também maranhense, Urbano dos Santos. Dois dias depois, o governo sufocou um levante de navios de guerra na Guanabara. Houve boatos de que um

avião lançaria bombas sobre o trem presidencial que transportava Epitacio Pessoa, no trajeto a partir de Petrópolis. Houve incidentes envolvendo oficialidade insubordinada também no Paraná, em Santa Catarina, no Ceará e em Alagoas.

A Reação não estava disposta a aceitar a derrota. O Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, escreveu ao vice-presidente do Senado, Antônio Azeredo, propondo um tribunal de honra para julgar as eleições. A sugestão foi repelida, pois seria admissão tácita de incompetência do Congresso, constitucionalmente responsável pelas apurações, e a qualificação da capacidade do Clube Militar de vetar ou aprovar candidaturas. Houve uma oportunidade de conciliação quando o vice-presidente eleito, Urbano dos Santos, faleceu em 7 de maio, pois a Reação impetrou habeas corpus pleiteando o reconhecimento de seu candidato a vice, o baiano J. J. Seabra, mas o Supremo Tribunal denegou o remédio. Com a realização de novo pleito específico para vice, sagrou-se eleito o deputado pernambucano Estácio Coimbra (Silva, 1975, p. 53-61).

Em junho, o governo federal interveio no Estado de Pernambuco. Epitacio Pessoa foi acusado de usar tropas do Exército para apoiar o seu candidato à sucessão pernambucana tornando-se alvo de críticas sistemáticas da oficialidade. Hermes da Fonseca enviou um telegrama, concitando a guarnição federal de Pernambuco a se rebelar. O Clube Militar foi fechado, sendo Hermes da Fonseca detido por vinte e quatro horas.

Em 5 de julho, em protesto contra as punições impostas aos militares indisciplinados, eclodiu no Rio de Janeiro a revolta do Forte de Copacabana. O Capitão Euclides Hermes da Fonseca e o Tenente Antônio de Siqueira Campos ameaçaram bombardear a cidade. O Forte foi cercado por terra, ar e mar. Houve troca de tiros. Com o malogro dos levantes irrompidos simultaneamente na Escola Militar do Realengo e na Vila Militar, o Forte ficou isolado. A revolta foi rapidamente debelada. No Mato Grosso, a guarnição comandada pelo General Clodoaldo da Fonseca também se insurgiu, tentando infletir em direção à fronteira de São Paulo. Instaurou-se o estado de sítio e desencadearam-se prisões, bem como censura à imprensa. No Rio Grande do Sul, o Presidente Borges de Medeiros retrogradou sobre os próprios passos e repeliu a oposição armada ao presidente eleito, por meio do famoso editorial *Pela Ordem*, publicado no jornal *A Federação*. Com a guinada, saía da alça de mira de Epitacio e de Bernardes, contornando eventual ameaça de intervenção federal e evitando o apoio explícito do governo federal à oposição local. Em contrapartida, angariou antipatia dos jovens oficiais rebeldes, que passaram a identificar nele um apóstata. Toda a conjura avançara tendo-se por expectativa o concurso da briosa Brigada

Militar sul-rio-grandense, que, entretanto, decepcionou¹⁷ (Carone, 1971).

Em 1921, um empréstimo de 10 milhões de dólares lastreou a criação da carteira de redescontos do Banco do Brasil, que trouxe algum alívio à situação do comércio no Rio Grande do Sul. Mas a crise estava longe de ser superada e ainda piorava. Em 1922, a produção de carne frigorificada despencou para $\frac{1}{10}$ da registrada no ano anterior e o preço do gado caiu mais de 50%. O governo era acusado de inação, especialmente por resistir à ideia de criação de um banco de crédito hipotecário. Além disso, as tarifas da recém-encampada Viação Férrea disparavam, em alguns casos majoradas em 400%. A crise favoreceu a mobilização de produtores e comerciantes em um nível inédito. Em 1921, realizou-se o 1º Congresso das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e organizou-se a Federação das Associações Rurais, dando dimensão regional à representação de classe. Até mesmo aliados, como Oswaldo Aranha, clamavam por moratória aos estancieiros. Os juros, já fixados em 7%, não retornavam ao mercado, mas ajudavam a financiar obras do governo, queixavam-se. O quadro foi agravado com um inverno rigoroso, que antecipou aridez estival e epidemia de febre aftosa no campo. Em face da queda na produção e arrecadação, o governo respondeu de modo ortodoxo, com aperto na fiscalização da coleta de impostos, ampliando o descontentamento (Pesavento, 1980; Axt, 2011; Soares, 2014).

Em paralelo, agitava-se na região serrana a questão da terra, já que antigos posseiros, ervateiros, indígenas, a exemplo do que ocorrera já durante a Revolução Federalista, reuniam-se em torno de lideranças que constituíram o que alguns historiadores chamaram de “poder do mato” (Félix, 1987; Ardenghi, 2003; Adam, 2021) ou “mato rebelde” (Christillino, 2008), reagindo ao avanço da demarcação de pastos e ervais por colonos europeus ou estancieiros. Em 1931, o longo Diretor de Terras, Carlos Torres Gonçalves, reagiu a uma proposta do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, de doação de um milhão de hectares pela construção do porto de Torres por uma companhia alemã, argumentando que viviam na região visada, no entorno de Passo Fundo, cerca de “70 mil posseiros” e sua expulsão geraria um problema social com potencial de degenerar em revolta similar a do Contestado, que se desenrolara entre 1912 e 1917 no Oeste de Santa Catarina (Axt, 2011, p. 255). Grupos que na época da revolução foram caracterizados como bandoleiros maltrapilhos têm sido assim entendidos modernamente como mobilizados em razão da luta social pela terra (Gritti, 2020, p. 538; Adam,

17 Tendo falecido Nilo Peçanha no Rio de Janeiro em 31 de março de 1924, a viúva devolveu sem agradecimentos o telegrama de pêsames enviado por Borges de Medeiros (Lemos, 2022, p. 69).

2021, p. 31). Para Both da Silva (2017, p. 278), não é possível reduzir o engajamento de setores explorados nas lutas gaúchas como desdobramento da coerção e da cooptação promovidas por coronéis.

Neste cenário, ventilou-se em agosto de 1922 a candidatura oposicionista do republicano histórico e líder pecuarista Joaquim Francisco de Assis Brasil. Raul Pilla, um dos articuladores do consenso cerzido no meio federalista em torno de um republicano presidencialista (apenas Antunes Maciel se manteve à margem da campanha, abstendo-se), chegou a mencionar a “crise econômica” e “o desrespeito pelos mais importantes e vitais problemas coletivos” como fatores a justificarem o esforço, apesar das chances reduzidas de sobrepujar a máquina oficial¹⁸. A chapa foi proclamada em outubro, tendo Wenceslau Escobar como vice. No jornal *Correio do Povo*, onde o jornalista Carlos Correa esbravejava contra a “inação governamental” diante da crise na pecuária, publicaram-se manifestos aos criadores. Assis Brasil propôs a emissão de papel moeda para subsidiar empréstimos hipotecários aos pecuaristas, com juros módicos amortizáveis em longo prazo (Fontoura, 1969, v. 262; Antonacci, 1981, p. 53; Axt, 2011, p. 368-71).

A campanha assisista se espalhou pelo Estado, conjugando desde tradicionais federalistas a novos e velhos dissidentes republicanos, além de setores do movimento operário e da classe estudantil, sem deixar de refletir na zona de colonização europeia. A vivacidade da campanha surpreendeu, como lembram João Neves da Fontoura¹⁹ e Antero Marques. As eleições se processaram em 25 de novembro com o habitual cortejo de arbitrariedades e fraudes. Mesmo assim, acreditou-se que Borges não alcançara a soma necessária de três quartas partes dos eleitores, como previa o artigo 9º da Constituição, para se reeleger. Alguns dos próprios correligionários questionavam a prática de reeleições indefinidas, argumentando que não fora esse o entendimento original de Julio de Castilhos ao desenhar a Constituição²⁰. Como lembrou José Antônio Flores da Cunha (1943), a comissão de apuração da Assembleia do Representantes, presidida por Getúlio Vargas, teria promovido uma alquimia eleitoral, a fim de alcançar um resultado que

18 PILLA, Raul. Movimento contra a reeleição. Correspondência enviada a Joaquim Francisco de Assis Brasil. Porto Alegre, 28 de setembro de 1922. Arquivo do Castelo de Pedras Altas.

19 João Neves consignou a surpresa dos republicanos diante da “receptividade alcançada pelo ‘candidato popular’”. Não obstante a desconfortável situação política que enredara Borges de Medeiros com a vitória de Arthur Bernardes à Presidência da República, os governistas estavam convencidos que “o cavalo contrário não daria para sair” e seria vencido por *knout out* ainda no primeiro *round*, tal era a confiança na máquina partidária e na autoridade do velho líder (Fontoura, 1969, V. 1, p. 270).

20 PRATES. Manoel Pacheco. Carta a Fernando Setembrino de Carvalho, 8 de outubro de 1923. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

garantissem a reeleição a Borges de Medeiros. Diante do esbulho promovido a uma mobilização tão ampla, estava dada a narrativa para a justificativa de um levante.

Assis Brasil chegou a propor, a exemplo do que fizera Hermes da Fonseca no ano anterior, a criação de um tribunal de honra para arbitrar a querela, composto por parlamentares de ambas as greis. Borges de Medeiros aceitou com a condição de que o voto de desempate coubesse ao presidente da República. Bernardes, pressentindo a armadilha, recusou.

No Rio de Janeiro a situação se deteriorou, formando-se duplicidade de Assembleias Legislativas, com o intuito de ensejar dualidade de governos. O governador eleito, Raul Fernandes, conseguiu tomar posse em dezembro, mas foi isolado pelas autoridades federais, impossibilitando o exercício da administração. A força policial deixou seus quartéis e se apresentou nos do Exército, fragilizando ainda mais o governo estadual. Em 10 de janeiro de 1923 foi decretada intervenção federal no Estado, sendo nomeado governador o bernardista Aurelino de Araújo Leal. A imprensa oposicionista estava calada pelo estado de sítio (Silva, 1975, p. 67-78; Ferreira, 1993).

A intervenção no Rio de Janeiro, que se sucedeu às ingerências em Pernambuco e no Maranhão, pode ter animado as oposições no Rio Grande do Sul. No calorento dia 25 de janeiro de 1923, quando Borges de Medeiros tomava posse pela 5ª vez, no sufocante plenário da Assembleia dos Representantes, onde uma cortina incendiou-se, como que premonitivamente, com o flash de um fotógrafo, revolucionários escaramuçavam em Passo Fundo. Sustentaram a luta por 11 meses, conseguindo mobilizar cerca de 6 mil homens. Enfrentavam uma Brigada bem armada e treinada, reforçada por provisórios, que, juntos, performavam cerca de 12 mil homens²¹. O Exército,

21 O Exército Libertador organizava-se em seis divisões, popularmente conhecidas como colunas, que obedeciam ao comando de chefes independentes, os quais foram aclamados com a patente de general: o norte do estado ficou com João Rodrigues Menna Barreto e Leonel Rocha; na região nordeste o comando recaiu sobre Felipe Néry Portinho; a região central ficou com Estácio Azambuja; o litoral e a região das lagoas com Francisco Vaz Marinho, “Chico Marinho”; a região sul com José Antonio Neto, conhecido como Zéca Neto, cognominado de o «Condor dos Tapes»; nas regiões da Campanha e Missões operava Honório Lemes da Silva, o «Leão do Caverá». As forças do governo estavam sediadas em sua maioria em Porto Alegre. Duas grandes unidades estavam no interior: o 1º Regimento de Cavalaria, em Santa Maria, e o 2º Regimento de Cavalaria, em Santana do Livramento. Além dessas unidades, havia pequenos destacamentos em Bagé, Cruz Alta, Passo Fundo, Caxias do Sul, Alegrete, Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana. Por decreto emergencial o governo instituiu os Corpos Auxiliares da Brigada Militar, conhecidos como “Corpos Provisórios”, cujos efetivos eram recrutados pelos chefes políticos dentre trabalhadores rurais e desempregados. Os Corpos Provisórios, inicialmente em número de nove, eram constituídos pelo estado maior, com seis oficiais, e três esquadrões

dessa vez, se manteve formalmente neutro, embora existam relatos de discretas ações para beneficiarem os revolucionários²². A Revolução granjeou popularidade, captando cobertura dos meios de comunicação no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se formavam comitês de apoio. Com menos capacidade de fogo, os revolucionários sustentaram a pugna com movimento e ataques ligeiros, de modo quase improvisado. O objetivo era dispersar as forças do governo, esticar a luta até atrair a intervenção federal. Por esse motivo, atuavam em diversos pontos do estado (Brossard, 1989, p. 163).

Assis Brasil tentou, sem sucesso, conseguir o apoio dos governos de São Paulo e de Minas Gerais. Bernardes foi inicialmente evasivo, evitando se posicionar. Reconheceu a eleição de Borges de Medeiros, mas sinalizava alguma simpatia aos revolucionários. Ele próprio enfrentava desgastes junto à oficialidade e não conseguia unanimidade do Exército para justificar uma intervenção. Além disso, a incerteza fiscal se agravava, como desdobramento evidente do programa de valorização do café. Bernardes aos poucos caminhava para uma ruptura com a política de São Paulo. Afinal, precisou celebrar novo *Funding Loan* com a Inglaterra em 1924, sendo o abandono da valorização forçada do café uma das condições impostas pelo acordo. Não

reunindo 321 homens. Em novembro, quando já se discutia a pacificação, Borges, numa demonstração de força, criou mais quatro Corpos. As forças governistas atuavam em conjunto de cinco ou seis Corpos, formando Brigadas: a Primeira, sob o comando do General Firmino de Paula, no Norte do Estado; a Segunda, na Fronteira Oeste e Missões, comandada pelo coronel José Antonio Flores da Cunha; a Terceira, na Região Sul, comandada pelo coronel Juvêncio Maximiliano de Lemos; a Quarta, na Região Nordeste, sob comando do coronel Firmino Paim Filho; e a Quinta Brigada, na Região Central, sob ordens do coronel Claudino Nunes Pereira, estabelecida em Santa Maria, centro ferroviário no coração do estado, para funcionar como suporte às outras quatro (Ferreira Filho, 1973).

²² Antero Marques (2005), por exemplo, relaciona episódio em Alegrete no início da Revolução no qual o General Fábio Patrício de Azambuja tentou sublevar a Divisão de Cavalaria. Azambuja, que era revolucionário de 1893, foi convocado ao Rio de Janeiro, mas não chegou a sofrer punições, retornando ao Rio Grande do Sul na comitiva do General Setembrino de Carvalho, fato que consternou borgistas. Em São Luiz Gonzaga, o Tenente João Pedro Gay tentou apoiar os revolucionários com a guarnição local, mas o próprio Honório Lemes recusou a adesão, temendo que precipitasse a nacionalização do conflito, mais prejudicando a causa do que contribuindo. Gay se engajou, posteriormente, na Coluna Prestes. Em São Gabriel, integrantes do 5º Regimento de Artilharia Montada desviaram munição do quartel para os revolucionários. Dulles (1979) informa que, curiosamente, os jovens estudantes Humberto Alencar Castello Branco, Ramão Menna Barreto e os irmãos Riograndino e Amaury Kruehl haviam criado no Colégio Militar de Porto Alegre uma sociedade literária denominada República Liberal, ambiente no qual embalavam críticas a Borges de Medeiros. O grupo frequentava as galerias da Assembleia e aplaudia os discursos do Deputado oposicionista Alves Valença. Amaury Kruehl chegou a ser baleado pela Brigada Militar no protesto de julho de 1915 no Largo dos Medeiros que resultou em nove mortos, sendo a necessidade de se fazer justiça às vítimas invocada por Francisco Manço de Paiva como motivação para o crime que resultou no assassinato do Senador Pinheiro Machado (Axt, 2021b, p. 8).

podia entrar de mau jeito no conflito sul-rio-grandense, arriscando generalizá-lo para o resto do país, ou sendo tragado para uma excruciante guerra civil, como fora a de 1893.

A possibilidade era palpável, considerando que o governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, simpatizava com a causa dos libertadores, os quais amparava pela retaguarda, como no caso de Felipe Portinho. Em 5 de julho de 1924, muito a propósito, rebentou violenta rebelião tenentista em São Paulo, reunindo cerca de 6 mil revoltosos, dirigidos pelo General Isidoro Dias Lopes, um veterano da luta contra o castilhismo de 1893. Aderiu ao grupo João Francisco Pereira de Souza, o antigo comandante do Quartel do Cati, que derrotara o Almirante Saldanha da Gama, no combate final da Revolução Federalista, em junho de 1895. Como notou Hélio Silva (1975, p. 116), o desfecho cerzido no Pacto de Pedras Altas afastou muitos dos gaúchos de 1923 da nova insurreição, não apenas em razão do acordo firmado com Arthur Bernardes, costurado pelo General Setembrino de Carvalho, mas também porque expectavam as indenizações de guerra previstas. A revolução de 1924 teve reflexos no Mato Grosso, no Sergipe, no Amazonas e no Pará. A sedição de outubro no Rio Grande do Sul foi duramente reprimida pelo Exército, pela Brigada Militar e pelos provisórios de Borges de Medeiros, mas contou com a adesão de alguns chefes de 23, que julgavam modesto o alcance do Pacto de Pedras Altas, dentre os quais as duas lideranças mais populares, Honório Lemes e Leonel Rocha, o que é um indicativo de relevo do clamor social que permeava esses movimentos, com certa continuidade.

Leonel Rocha (Ardenghi, 2003; Adam, 2021), a exemplo de outros chefes locais, como João Inácio, entre 1927 e 1929 (Caron, Tedesco, 2012), era seguido por ervateiros, posseiros e indígenas na região serrana. Honório Lemes foi tropeiro, carvoeiro, pobre e quase analfabeto, mas, envolto pelo pálio do carisma, reunia em sua coluna até três mil entusiastas (Santos, 1998, p. 67-77). O movimento operário era ainda incipiente e restrito às maiores cidades, mas alguns sindicatos se aproximaram dos revolucionários, como o dos ferroviários, que desencadearam uma greve em maio de 1923 (Antonacci, 1981, p. 93).

Maria Cecília Forjaz, em trabalho publicado em 1978, não relaciona a Revolução de 1923 dentre os levantes tenentistas, por entender que o elo unificador dentre eles era a derrubada do presidente Arthur Bernardes (p. 26). Além disso, acredita que os tenentes se mantiveram à margem do processo político até 1929, quando se forma a Aliança Liberal (p. 57).

Não obstante, quase toda pauta que o tenentismo assumiu a partir de 1924 (voto secreto, combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral, liberdade de imprensa e de pensamento, centralização do estado e

correção e recuo do federalismo, fortalecimento do equilíbrio entre os três Poderes, moralização do Poder Legislativo, ampliação da autonomia do Poder Judiciário) foi estruturada na Revolução de 1923. Forjaz sustenta ser este um programa típico das camadas médias urbanas, mas a Revolução de 1923 brotou da elite liberal, da oligarquia dissidente e imantou também setores populares, no campo e nas cidades.

Além disso, também enfrentou o debate econômico da época, como se viu, já que este foi um dos principais elementos presentes na campanha assisista de 1922. Nos campos de combates e nos tratados, a questão econômica era pouco ventilada, mas aparecia nas reuniões das associações de classe, na imprensa e nos debates no Congresso Nacional. O Partido Democrático Nacional, conglomerado de oposições estaduais que se organizou nacionalmente, brotou na campanha libertadora de 1922, cresceu na Revolução de 1923 e se projetou com a Aliança Libertadora de 1924.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outubro, Bernardes despachou ao Rio Grande do Sul o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que revelou habilidade na rugosa negociação para a pacificação do estado, aureolada pelo Pacto de Pedras Altas. Enquanto Setembrino, no Rio de Janeiro, amanhava o terreno, conversando com os deputados Nabuco do Gouveia e João Simplicio de Carvalho, em Porto Alegre o jovem Lindolfo Collor convocava o PRR para um congresso, o que não acontecia desde o século XIX. Entre 5 e 15 de outubro, em pleno curso revolucionário, no Theatro São Pedro, os republicanos reiteravam apoio a Borges, gesto que, em momento de desgaste, mais do que sublinhar a submissão a sua chefia unipessoal, contudo, sugeria que o Partido agora também queria ser ouvido, como bem vocalizava João Neves da Fontoura nas entrelinhas (grifos nossos):

Baixai os olhos e vede os outros estados da Federação, onde na sua maioria não existem partidos no sentido exato da expressão. (...) As discórdias reinando no campo de Agramente, o penacho disputado pela vaidade dos caciques, a subdivisão em grupelhos (...), sempre a sujeição aos patronatos pessoais (...). **Borges de Medeiros vencerá, porque nós queremos que vença, como seria derrotado se lhe regateássemos o amparo.** (...) se, pois, nos conservamos coesos, é porque somos homens livres, identificados tão somente pela pureza da fé. (Congresso, 1923, p. 62-3, 67).

De fato, por trás da aparente coesão do partido, fermentavam há muito as dissidências. Borges conseguira às vésperas da Revolução recompor com lideranças emergentes, como Flores da Cunha, João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha. Mas sua insistência em bancar o nome de Protásio Alves para a vice-presidência suscitara, em maio, manifesto de Ildefonso Simões Lopes Filho contra a perpetuação dos políticos nos cargos, enquanto o Senador Soares Santos passara a pleitear a intervenção federal no Estado (Axt, 2011, p. 374).

Portanto, estava claro que Borges precisaria compor, não apenas com o governo federal e com os revolucionários, mas também com os próprios correligionários, que reclamavam mais protagonismo. Em 1924, não apenas a oposição conseguiria eleger sete representantes para cada distrito, como ainda as chefias municipais do PRR se fortaleceram na esteira do esvaziamento parcial do poder borgiano (Axt, 2011, p. 155).

Borges de Medeiros obteve uma saída honrosa, na medida em que seu quinto mandato foi preservado, assim como o do vice-presidente que indicara. Por outro lado, o instituto das reeleições indefinidas foi derrogado, abrindo caminho para a sucessão de Borges em 1928, que recaiu sobre Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura. Da mesma forma, a reeleição de intendentess e a manutenção indefinida de interventores municipais foram vedadas. Portanto, se a Revolução de 1923 não foi vitoriosa de fato, o foi juridicamente, acabando por se tornar degrau para a Revolução de 1930, como notou Arthur Ferreira Filho (1973, p. 108), até porque, como sublinharam Love (1975), Antonacci (1981, p. 111) e Kielling (1984), e, antes deles, João Neves da Fontoura (1969) e o próprio Setembrino de Carvalho (1950), sedimentou a recomposição de forças políticas, permitindo a aproximação de lideranças do PRR, parcialmente autonomizadas de Borges de Medeiros, com federalistas e dissidentes, de tal sorte que se formou em 1929 a Frente Única, base para a Aliança Liberal²³.

O Pacto de Pedras Altas reconheceu a competência da Justiça para fiscalizar as eleições, o que, de certa forma, funcionou como uma pré-fundação da jurisdição eleitoral no Brasil, erguida na esteira da Revolução de 1930, em grande medida sob liderança de Assis Brasil, responsável pela redação do anteprojeto do Código Eleitoral de 1932. Renato Lessa, de fato,

23 Nem todos aderiram à Frente Única. Em manifesto de 1929 os federalistas Antônio Moraes Fernandes, Paulo Labarthe e José Julio Silveira Martins declararam apoio às candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares. De fato, alguns diretórios do Partido Federalista, como o de Livramento, não aceitaram integração ao Partido Libertador, já que seu programa não abraçava a causa parlamentarista. Manifesto dos Federalistas Gaúchos, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1929. Transcrição de Miguel Frederico do Espírito Santo.

atribui a Assis Brasil o início do fim da tutela da representação pelos oligarcas (Hollanda, 2011, p. 9).

Assis Brasil (1908) acreditava que a descolamento da Justiça em relação ao Executivo seria uma garantia fundamental, pois os juízes seriam os primeiros interessados na justa representação. No programa do Partido Republicano Democrático, de 1908, propunha “estabelecer um regime eleitoral fundado sobre a perpetuidade e inviolabilidade do eleitor, confiando ao juiz o reconhecimento da capacidade cívica, em qualquer época que o cidadão atinja a maioria legal, suprimindo os velhos processos de qualificações e desqualificações periódicas e habilitando o eleitor a usar com segurança do seu voto por meio de um mecanismo simples e seguro de representação proporcional de todas as opiniões (...)” (p. 8). Citando Lopes Moreno, aduziu que “o Ministério Público, dependendo diretamente do Executivo, torna-se uma máquina governativa destinada a exercer pressão sobre os juízes e tribunais, a perseguir os inimigos do governo com arbitrárias acusações e injustos processos” (p. 77).²⁴

Destarte, a Revolução de 1923 foi considerada, em seu tempo, par-

24 Assis Brasil seguiu lutando pela efetividade do Pacto. Em 1925, no exílio, escreveu: “O Brasil pretende ser considerado um país civilizado; pois bem, o Brasil não dispõe das duas condições mais rudimentares e essenciais para tal, porque o Brasil não tem representação e não tem Justiça. Será preciso justificá-lo aos olhos dos brasileiros? Seria quase fazer agravo a esses trinta e tantos, a esses talvez quarenta milhões de habitantes do nosso território-colosso provar o que todos veem, o que todos sentem, o que todos lamentam, isto é, que, sob as leis existentes: ninguém tem certeza de ser alistado eleitor; ninguém tem certeza de votar, se porventura for alistado; ninguém tem certeza de que lhe contem o voto, se porventura votou; ninguém tem certeza de que esse voto, mesmo depois de contado, seja respeitado na apuração da apuração, no chamado terceiro escrutínio, que é arbitrária e descaradamente exercido pelo déspota substantivo, ou pelos déspotas adjetivos, conforme o caso for da representação nacional ou das locais. Seria fazer a mesma injúria pretender persuadir alguém de que o seu direito – verse ele sobre o que versar – pessoa ou bens – há de ser triunfante em qualquer lide a que tiver de ser sujeito. Toda gente foge de entregar aos juízes o destino dos seus interesses. Ainda mesmo quanto às garantias individuais, a consciência íntima de cada um lhe diz que tem na sua pistola, ou bengala, ou nas pernas, para fugir, o meio mais seguro de salvar a própria integridade. (...) A ausência de legítima representação e ausência de justiça são os dois grandes males do Brasil, são a causa profunda da moléstia constitucional que lhe tem feito viver vida miserável por tão longos anos, resolvendo-se afinal na febre alta da revolução.”. O programa do Partido Democrático Nacional previa “... VII. Resguardar a magistratura com a égide da vitaliciedade, inamovibilidade, insusceptibilidade administrativa e irredutibilidade de vencimentos, mantido para os Estados o direito de organizar a justiça estadual e transferido para a União o de legislar sobre processo civil, comercial e criminal. VIII. Pleitear a independência econômica da magistratura, assentando princípios básicos de organização judiciária igualmente obrigatórios na jurisdição federal e na estadual, de modo a se precaverem, por um lado, as possibilidades de ação discricionária do Poder Judiciário e a tornar, por outro, a investidura dos juízes, a composição dos tribunais e o acesso dos magistrados independente de qualquer poder político.” (In, Brossard, 1989. v. 3, p. 29-31, 277-278).

cialmente vitoriosa, porque impôs ao Rio Grande do Sul e ao país mudança na rigidez institucional. Algumas das principais pautas liberais da Revolução de 1930, como o voto secreto e até o voto feminino (Natércia da Cunha Silveira, liderança sufragista e primeira mulher a colar grau na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1926, engajara-se na oposição libertadora), já estavam presentes na Revolução de 1923, tendo sido formuladas no seio dos partidos oposicionistas e na obra de Assis Brasil.

Neste sentido, a revolução é melhor compreendida como um fenômeno liberal que incensou conceitualmente a Revolução de 1930 bem como contribuiu na positivação do espírito revolucionário no país – aí entendido no seu viés institucional, mais do que social. A revolução de 1923 inscreveu-se também dentro do ciclo tenentista, porque segmento de suas lideranças civis e militares se envolveu com o mesmo a partir de 1924, mas, sobretudo, porque transmitiu pauta a um fluxo que em 1922 era difuso e disforme²⁵. Foi mais eficaz que o tenentismo, não apenas em obter resultados concretos²⁶, como em captar o apoio da classe trabalhadora, cujas lideranças se alinharam em razoável medida também à Revolução de 1930, não obstante seu vazo oligárquico e burguês. A Revolução de 1923 foi um momento de aliança intra-classe dominante, no que tange às oposições ao borgismo, mas oportunizou também uma costura temporária inter-classes, antecipando o fenômeno registrado em 1930. Diferentemente do tenentismo, foi um movimento que alcançou popularidade, mas mesmo tendo apoio de classes subalternas, a pauta era dirigida pela elite oligárquica, a qual, contudo, dissidente e comprimida pelo autoritarismo castilhistaborgista, procurou ampliar o leque de coalizão. Então, seguindo percepção de Paulo Sérgio Pinheiro (1981), antes da figura ousada de Getúlio Vargas, que desfraldou a possibilidade de diálogo entre as velhas tradições e novos anelos, a

25 Conforme Filinto Müller: “Sinceramente, não havia uma doutrina, uma ideologia, um programa político. Nem os chefes mais graduados possuíam uma determinação, a não ser a de mudar os costumes políticos. Acho que, se a revolta frustrada, mas pura, de 1922, tivesse sido vitoriosa, não saberíamos o que fazer no governo. Ninguém tinha uma ideia de como governar. Se o nosso movimento tivesse sido vitorioso, nós fatalmente cairíamos nas mãos dos políticos que faziam oposição ao governo” (Silva, 1972, p. 189). Para Cordeiro de Farias: “Alguns historiadores alegam que não tínhamos programa. Quem éramos nós para fazermos um programa? Queríamos coisas aparentemente simples: a verdade do voto, maior justiça eleitoral, a quebra do monopólio político de Minas e São Paulo. Não tínhamos nada escrito” (Camargo, Góes, 2001, p. 69).

26 “Movia-os um idealismo superior e vago. Rejeitavam o Brasil de então, que não sabiam arcaico, por um Brasil renovado, que nem concebiam. Todos eles assim, metade homem, e metade anjo ou demônio, a agirem disseminados, clandestinos ou ostensivos, quase sem apoio, sustentados pela alucinação do inconformismo... Eis o Tenentismo: o ardor a utopia, o idealismo, uma geração em chamas” (Clóvis Ramallete, apud: Lemos, 2022, p. 521).

Revolução de 1923 assim procedera, preparando o terreno para 1930. Neste prisma, por evidente, a Revolução de 1923 não pode ser captada como um fenômeno regional, localizado, mas se trata de um evento de proporções e consequências nacionais.

As causas da Revolução de 1923 não foram apenas políticas, como pretendeu boa parte da historiografia, durante muito tempo, ancorando-se nos discursos de época. Foram também de ordem econômica. A Revolução de 1923 precisa ser compreendida como um desdobramento da crise financeira de 1921 desencadeada nos Estados Unidos e cujos reflexos se estenderam sobre o mundo. A crise foi agravada regionalmente pelas ações do governo no sentido das encampações da Viação Férrea e do porto e barra de Rio Grande, porque estas operações exigiram financiamentos que enxugaram ainda mais o meio circulante, provocaram aumento dos juros, precipitaram a execução de hipotecas e restringiram eventual capacidade do governo em trabalhar em socorro da produção agropecuária, por meio do alargamento e barateamento do crédito.

Além do descontentamento intra-oligárquico, a agrura econômica, como acontecera no passado (Axt, 2021b), deve ter propiciado disponibilidade de mão-de-obra rural, mediante escalada do desemprego, o que pode ajudar a explicar fenômenos sociais de vulto, como a coluna de Honório Lemes, que pode ter chegado a reunir 3 mil combatentes. Na região serrana, clara estava a questão social da luta pela terra e a resistência dos espoliados mobilizavam guerreiros. A expressiva mobilização de provisórios pelo governo também se viabilizou em certa medida graças à disponibilidade de mão de obra, que se avolumava com o avanço do cercamento dos campos, mas também com o embaraço nas charqueadas e frigoríficos.

O debate culturalista, como o proposto por Marques (2005), embora de pouca utilidade para esclarecer as causas da Revolução, indica que a percepção difusa de uma rebelião do gaúcho campônio, sáfaro, contra um bacharel representado como neurastênico e manhoso pode ter funcionado como fator de imantação dos rebeldes. Num ambiente no qual trovadores e quadrinistas populares animavam o deslocamento e colunas, o enlevo transpirado pelo Antônio Chimango estaria na ponta das línguas, ajudando a imprimir confiança e unidade ao grupo²⁷. Talvez isso, inclusive, ajude a

27 “Cantavam, marchando, ao tranco, pela estrada areienta e larga. Aqueles trovadores e cantadores atiravam de tudo ao ar – desde a trova perra e desengonçada, de pé quebrado, até o verso de expressão feliz, espontâneo, perfeito na sua simplicidade. Reviviam os nossos desafios, as nossas décimas e quadrinhas tradicionais dos campos do Rio Grande:

‘Lá detrais daquele cerro,

explicar porque Adalberto Corrêa (1954; Caggiani, 1999, p. 45) acreditava ter Honório Lemes pretendido uma “procissão’ até a capital”, em vez de jogar-se no confronto desabrido, total.

A controvérsia em torno do cerco de Uruguaiana, timbrada por Adalberto Corrêa (1954) e Antero Marques (2005), dentre outros, tendo por corolário a defecção do deputado Gaspar Saldanha (cujo temperamento era considerado irritante por muitos coevos), aparentemente inconformado com a liderança de um rústico gaúcho, traduz muito da concepção de guerra de Honório Lemes – movimento constate em terreno usado ao seu favor, linhas de fogo frouxo e beliscadas no inimigo pelos flancos, com antiquadas, porém eficazes, cargas de lanceiros, como forma de compensar a escassez de munição e precariedade do armamento²⁸ –, mas transpira, também, uma estratégia política, pois, ainda que a Revolução de 1923 tenha conhecido embates cruentos (como o combate de Poncho Verde, de 3 de setembro, com mais de cem mortos, ou o encarniçado ataque a São Francisco de Assis em 2 de outubro, com saldo de cerca de 20 óbitos), bem mais frequentes foram choques em que se evitou, de lado a lado, o transbordamento generalizado (Antunes, 2023, p. 88; MÜLLER, 2013). O aspecto da violência algo sofreada, sobretudo se comparada à sangrenta Revolução Federalista, descrição roçada em vários testemunhos, sugere uma porta entreaberta à composição, que de fato se desenhou no Pacto de Pedras Altas. Ao que tudo indica, também a Borges de Medeiros, apesar da ampla superioridade bélica, não interessava a repetição de um massacre. Nesse sentido, a revolução de 1923, mais do que revirar campas e reavivar chagas pungentes da Federalista, em face do seu desfecho, ajudou a cicatriza-las, abrindo terreno para a Frente Única de 1929. Marques (2005, p. 107) assinala que o próprio Assis Brasil, mais tarde, teria avaliado que a vitória completa em 1923 representaria um mal para a política regional, pois, no poder, as oposições se enreda-

Tem um bonito sinal:
Viva a fita colorada
E o Partido Federal.’

‘Se a roupa de Chimango
Não se lava com sabão:
Se lava co’água-de-chêro

E bala de mosquetão...” (Marques, 2005, p. 98).

28 “A uma pergunta do estudante sobre a maneira de combater, respondeu: ‘Temos que fazer o que fazia Gumerindo... Procurar a proteção do terreno e tirotear em guerrilha... negacear o inimigo com uma linha de atiradores bem protegida... e atirar em cima deles, nos flancos, cargas de cavalaria, de surpresa. Não posso atirar os nossos companheiros, desarmados, contra metralhadoras da Brigada...’ Só muito mais tarde o Tenente compreendeu a densidade daquele ‘não posso’.” (Marques, 2005, p. 139).

riam em cipoal de divergências. Setembrino de Carvalho (1950, p. 213), por seu turno, indica que Borges sinalizava, antes mesmo de seu deslocamento ao Rio Grande do Sul, na condição de pacificador, no sentido da composição institucional.

Portanto, as cinco condições necessárias para a eclosão de um surto armado na Velha República sul-rio-grandense se combinaram em 1923: havia legitimidade narrativa, em razão do esbulho eleitoral e da controvérsia em torno das reeleições indefinidas; emergiu uma liderança carismática, no caso, Assis Brasil, capaz de galvanizar o grupo, composto por dezenas de chefes, também carismáticos; mobilizou-se, ainda que precariamente, combatentes e recursos bélicos, graças à capacidade de articulação de caudilhetes, estanceiros e comerciantes; e, sobretudo, o contexto político (regional e nacional) enfraqueceu Borges de Medeiros e favoreceu a aglutinação de opositores; assim como o fez a conformação de cenário de dificuldades econômicas.

Mais do que a continuação da política com a entremistura de outros meios, como diria Clausewitz sobre a guerra, a Revolução de 1923 foi o estágio final de uma campanha eleitoral num sistema hegemônico por um partido no qual não havia espaço para a paz, visto que as diferenças eram mantidas sob permanente compressão. Ao lograr vitórias parciais, que se refletiram em mudanças institucionais importantes, a Revolução de 1923 liberou terreno para o avanço da política, no sentido a ela conferido por Hannah Arendt (2002). Foi, por isso, uma revolução liberal, que conferiu positividade à coisa política.

REFERÊNCIAS

- ACTON, John Emerich Edward Dalberg-Acton, Baron. **Selected works of Lord Acton**. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.
- ADAM, Paulo Rogério Friedrichs. Leonel Rocha e os conflitos agrários no contexto da Revolução de 1923 e da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul. In: MYSKIW, Antonio Marcos et al. **História dos movimentos sociais de luta pela terra no sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus, 2021, p. 21-46.
- ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993.
- AITA, Carmen S. A. **Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

- AITA, Carmen A.; AXT, Gunter. **João Neves da Fontoura**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1997.
- AITA, Carmen A.; AXT, Gunter. **José Antônio Flores da Cunha: discursos**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1998.
- ANTONACCI, M. Antonieta. **RS: as oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- ANTUNES, José Narciso da Silveira. **O diário de 1923**. Cronologia dos combates. Organizado por Jorge Telles. Porto Alegre: Edigal, 2023.
- ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, Ervateiros e Coronéis**. Lutas e Resistência no Norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2003.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- ARTHMAR, Rodrigo. Os Estados Unidos e a economia mundial no pós-Primeira Guerra. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 1-19.
- ASSIS BRASIL, Cecília. **Diário de Cecília Assis Brasil**. Org. por Carlos Reverbél. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Ditadura, Parlamentarismo e Democracia**. Porto Alegre: Liv. do Globo, 1908.
- AXT, Gunter. O Intervencionismo e a autonomia estatal sob a ótica da atual crítica pós-estruturalista ao conceito de estado capitalista. **História Revista**, Goiânia, Universidade de Goiás, v. 2, n. 2, p. 151-176, 1997.
- _____. **Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)**. Tese (Doutorado) - PPG História Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.
- _____. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexo entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 39-70, 2002.
- _____. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**, v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 89-128.
- _____. **Gênese do Estado moderno no RS (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- _____. De cavaleiro dos mostruários a capitão de indústrias: trajetória empresarial e política de A. J. Renner. In: Claudia Musa Fay; Antonio Ruggiero (Org.). **Imigrantes empreendedores na História do Brasil: estudos de casos**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2014, p. 171-190.
- _____. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. **Revista**

do **IHGB**, Rio de Janeiro, 179, p. 106-135, 2018.

_____. Política e facções em guerra, um precário equilíbrio. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 nov., 2018a.

_____. Capital estrangeiro e estatização no sistema ferroviário sul-rio-grandense na República Velha (1890-1928). **Revista de História da União**, São Leopoldo, v. 24, p. 175-195, 2020.

_____. Depois da Revolução Federalista: milicianos, militares, combate ao contrabando e governo no Estado do Rio Grande do Sul na passagem do século XIX para o XX. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 58, n. 1, p. 87-121, 2021.

_____. Júlio de Castilhos e sua época: percurso de uma biografia. **Parêntese**, Porto Alegre, p. 25-28, 09 jan., 2021a.

_____. “O Partido não é patrimônio de um”: cisão republicana de 1915 no Rio Grande do Sul e as eleições municipais em Sant’Anna do Livramento. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 1-16, e-36539, 2021b.

_____. Tiroteio e mortes no Clube Pinheiro Machado (Sant’Anna do Livramento, 1910): entre cisão partidária local e crise internacional. **História (São Paulo)**, Franca, UNESP, vol. 41, e2022004, p. 1-31, 2022.

_____. Memórias da intolerância: antecedentes e causas da Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul. **Revista Crítica & Controle**, Porto Alegre, v. 1, p. 102-137, 2023.

_____. Notas sobre o sistema eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1889-1930). In: BARCELOS, Guilherme; CAMPOS, Francieli de. **O Livro Que Amanha a Alma**: estudos em homenagem a Joaquim Francisco de Assis Brasil. Florianópolis: Habitus, 2024, p. 31-68.

BARCELOS, Guilherme; CAMPOS, Francieli de. **O Livro Que Amanha a Alma**: estudos em homenagem a Joaquim Francisco de Assis Brasil. Florianópolis: Habitus, 2024.

BARCELLOS, Rubens de. **Estudos rio-grandenses**. Motivos de história e literatura. Porto Alegre: Editora do Globo, 1960.

BARETTA, Sílvia Rogério Duncan. **Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil**. Tese (Doutorado). University of Pittsburgh, Pensilvânia, 1985.

BARROS, João Alberto L. de. **Memórias de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

- BEARD, Mary. **SPQR: uma história de Roma Antiga**. Campinas: Crítica, 2017.
- BELTRÃO, Apio Claudio. **Santa Maria: quatro revoluções e uma rebelião, 1893 a 1932**. Porto Alegre: Edigal, 2022.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo e conflitos políticos em Santa Maria (1889-1930). **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 19, n. 1, 61-77, 2006.
- BODEA, Miguel. **A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho**. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. Anos Trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1998.
- BROSSARD, Paulo. **Ideias Políticas de Assis Brasil**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1989.
- BURKE, Edmund. **Select works of Edmund Burge**. Compiled by Francis Canavan. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.
- CABEDA, Coralio. Combate do Cerro do Ouro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)**, Porto Alegre, n. 129, p. 37-41, 1993.
- _____. José Antônio Martins, pioneiro esquecido do desenvolvimento da Campanha rio-grandense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)**, Porto Alegre, n. 130, p. 53-61, 1994.
- _____. Considerações em torno da batalha de Passo Fundo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)**, n. 139, p. 9-26, 2004.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura**. Rivera: O Maragato, 1902.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura**. A história contada pelo dragão. Introdução de Coralio B. P. Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2002.
- CADORE, Marcos César. **O jogo do poder: uma análise das relações coronelistas em Encantado (1914-1916)**. Encantado: BT, 2014.
- CAGGIANI, Ivo. **João Francisco: a hiena do Cati**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

- _____. **Honório Lemes**. Um herói popular. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.
- CALLAGE, Roque. **Drama das coxilhas**. Episódios da Revolução Rio-grandense. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1923.
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Diálogo com Cordeiro de Farias**: meio século de combate. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARON, Márcia; TEDESCO, João Carlos. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho
—
1927-29: o caso do “bando de João Inácio”. **Estudos Iberoamericanos**, Porto Alegre, v. 38, n. 1. p. 181-185, jan-jun 2012.
- CARONE, Edgar. **A República Velha (evolução política)**. São Paulo: Difel, 1971.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias**: dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro: Terceiro Nome, 1950.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, UFMG, Belo Horizonte, 1, 1974.
- _____. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45: p.141-157, jan/jun 2011.
- CHASTEEN, J. C. **Héroes a caballo**: los hermanos Saravia y su frontera insurgente. Montevideo: Ediciones Santillana/Fundación Bank Boston, 2001.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luis. O mato rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, vol. 7, n., p. 87-111, 2008.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CONGRESSO do Partido Republicano Rio-grandense. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1923.
- CONNIFF, Michael. **Urban politics in Brazil**: The rise of populism (1925-1945). Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1981.
- CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. São Paulo: Edipro, 2020.

- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianos no processo revolucionário. In: FLORES, M. (org.). **1893-95: A revolução dos maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- CORRÊA, Adalberto. **O Brasil Inquieto, de 1922 a 1937**. Impresso por Antonio Guedes de Holanda, 1954.
- COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de Glória, lágrimas de sangue**. A rebelião dos escravos em Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CUNHA, José Antônio Flores da. **A Campanha de 1923**. Rio de Janeiro: Editor Zelio Valverde, 1943.
- DAL FORNO, Rodrigo. **O “Album dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- _____. A Revolta Tenentista de 1924 e a participação da Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 97, p. 157-174, 2017.
- _____. **“Como se em política fosse possível agir sem manhã, sem o senso de oportunidade”**: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- DECCA, Edgar de. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DESPLATS, Marcos Hernández. **Nepomuceno Saraiva na Revolução de 1923**. Porto Alegre: Edigal, 1923.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DOBKE, Pablo R. A polícia uruguaia e a revolução sul-riograndense de 1923: algumas notas de investigação. **Travesía**, Suplemento Electrónico, n. 2, VIII Reunión del Comité Académico de Historia, Regiones y Fronteras, p. 201-216, 2017.
- DULLES, John W. F. **Castelo Branco – o caminho para a presidência**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893**. Rio de Janeiro: s/ed., 1919.
- _____. **30 anos de Ditadura Rio-grandense**. Rio de Janeiro: s/ed., 1922.

- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n.1, p.9-34, 1977.
- DOURADO, Ângelo. **Voluntários do martírio**. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Ed. Martins, 1977.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FÉLIX, Loiva. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 28, n. 127, 67-85, 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro. A Revolução de 1930: historiografia e pesquisas. **Estudo Ibero-Americanos**, Porto Alegre, 1, p. 15-29, 1981.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 1920. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, 1993, p. 9-23.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.
- _____. **História Geral do Rio Grande do Sul**: 1503-1974. Porto Alegre: Globo, 1974.
- FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **O pragmatismo político dos ferroviários sul-rio-grandenses**. Santa Maria: UFSM, 2009.
- FONSECA, Pedro César Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONTOURA, João Neves da. **Memórias**. 2 vols. Porto Alegre: Globo, 1969.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**. Tenentismo e as camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Polis, 1978.
- FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: DAMASCENO, A. (org.). **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1962.
- _____. **Júlio de Castilhos e sua Época**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988.
- _____. **A Pacificação de 1923**: as Negociações de Bagé. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

- _____. O Partido Federalista. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; AXT, G.; RECKZIEGEL, A.L. (org). **História Geral do Rio Grande do Sul**, v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 129-170.
- FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p.3-8, 1993.
- GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.
- GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, A. (org.). **Etnias e carisma**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- GONÇALVES, Reinaldo. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 37, p. 7-39, janeiro 2014.
- GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu História. **História (São Paulo)**, 24 (2), 2005 <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000200007>
- GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UFRGS, Porto Alegre, 1998.
- GRITTI, Isabel Rosa. A luta pela terra na Colônia Erechim: Gaudêncio dos Santos e o Capitão Belo. In: ROCHA, Humberto José da (Org.). **Étnicos, milenários e bandidos: história dos movimentos sociais no Sul do Brasil** (séculos XIX-XX). Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 531-556.
- GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- HAMILTON, Alexandre; JAY, John; MADISON, James. **The Federalist**. The Gideon Edition. Edited by George Carey and James McClellan. Indianapolis: Liberty Fund, 2001.
- HAMMERSCHMITT, Alini. **O jornal do Comércio como porta-voz do produtor arrozeiro (Cachoeira do Sul, 1905-1925)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Porto Alegre, 2019.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- HOWARD, Michael. **The Causes of Wars**. And Other Essays. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- HUME, David. **Essays Moral, Political, Literary**, edited and with a Foreword, Notes, and Glossary by Eugene F. Miller, with an appendix of variant

readings from the 1889 edition by T.H. Green and T.H. Grose, revised edition. Indianapolis: Liberty Fund, 1987.

JAGUARIBE, Hélio. **O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional**. São Paulo: Fiesp/Ciesp Serv. de Publicações, 1956.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M.C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

JULLIEN, François. **As transformações silenciosas**. Porto Alegre: Ed. Paiol, 2013.

JUVENAL, Amaro (Ramiro Barcellos). **Antônio Chimango**. Poemeto campestre. Porto Alegre: Ed. Globo, 1957.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea, o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Huicitec, 2003.

KIELING, José Fernando. **Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 1984.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARANJEIRA, Álvaro Nunes; SILVA, Juremir Machado da. **Cem anos da revolução de 1923**: história, mídia e cultura. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2023.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Notícias da Revolução de 1923 em Bagé**. Bagé: Praça da Matriz, 2005.

_____. **Bagé 1923**: a batalha de papel na guerra civil no RS (a imprensa partidária). Bagé: Praça da Matriz, Gráfica e Editora São Rafael, 2013.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. **A revolta de 1922**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2022.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A verdade sobre a Revolução de Outubro**. São Paulo: Unitas, 1933.

LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes**. Estadista da república. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1973

MARCHETI, Fabiana. **A Primeira República**: a ideia de revolução na obra de Edgar Carone (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História), FFLE-

- CH/USP, São Paulo, 2016.
- MARQUES, Antero. **Mensagem a poucos; do Ibirapuitã ao armistício**. Revolução de 1923. Porto Alegre: Edigal, 2005.
- MARTINS, Cyro. **Porteira fechada**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1979.
- MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MAYA, Alcides. **Ruínas Vivas**. Santa Maria: Ed. UFSM/Movimento, 2002.
- McCANN, Frank. **Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MEDEIROS, Laudelino. **A pacificação da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Lasalle, 1995.
- MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval**: descrição física e histórica. Caxias do Sul: UCS, 1980.
- MILLER, Arthur. **As bruxas de Salem**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889-1890)**. Porto Alegre: s/ed, 1939.
- MOURA, Euclides. **O vandalismo no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Universal, 1892.
- MÜLLER, Eduardo Cunha. **Vila de São Francisco de Assis**: 2 de outubro de 1923, páginas de um renhido combate. Port6o Alegre: Exclamação, 2013.
- MÜLLER, Geraldo. **Periferia e dependência nacional**. Estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado em Geografia), USP, São Paulo, 1972.
- ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1935.
- PAIM, Antonio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarin, 1998.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Unesp, 2005.
- PEDREIRA, Fernando. **Março 31**: civis e militares no processo da crise brasileira. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.
- PEREIRA, Baptista Antônio. **Pela redenção do Rio Grande**. Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1923.
- PESAVENTO, Sandra J. **A República Velha Gaúcha**: charqueadas, frigorífi-

- cos, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.
- _____. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaaios FEEE**, Porto Alegre, vol. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.
- _____. República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (org.) **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- _____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- _____. **Borges de Medeiros. Rio Grande político**. Porto Alegre: IEL, 1996.
- PETERSEN, Sílvia Regina F. As greves no RS (1890-1919). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs) **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael (org.). **A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PINTO, Céli Regina J. **Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-grandense (1882-1891)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UFRGS, Porto Alegre, 1979.
- _____. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- _____. Política rio-grandense na República Velha: a percepção das oposições. **Análise Econômica**, vol. 5, n. 8, p. 83-111, 1987.
- PRADO, Maria Ligia C. **A Democracia Ilustrada** (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). São Paulo: Ática, 1986.
- QUEIRÓS, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Crise do Poder no Brasil (Problemas da Revolução Nacional Brasileira)**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1961.
- RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz. **O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre, 1990.
- REINHEIMER, Dalva Neraci. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação**. Tese (doutorado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2007.

- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- ROSA, Othelo. **Os males e os crimes do assisismo**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927.
- ROSA, Virginio de Santa. **O sentido do Tenentismo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
- RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O saneamento e a politização da higiene do Rio Grande do Sul (1828-1930)**. Tese (doutorado em História), Unisinos, 2015.
- RUSSOMANO, Victor. **História Constitucional do Rio Grande**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1976.
- SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SANCHEZ, Florencio. El caudillaje criminal en Sudamérica. In: RAMA, Carlos; CAPPELLETTI, Angel (ed.) **El anarquismo en America Latina**. Ayacucho: ed. Caracas, p. 202-213, 1990.
- SARAVIA GARCÍA, Nepomuceno. **Memórias de Aparício Saravia**. Montevideo: Ed. Medina, 1956.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UNB/Zahar, 1982.
- SANTOS, Mariza E. Simon dos. **Honório Lemes: Um líder carismático. Relações de poder no Rio Grande do Sul 1889-1930**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.
- SCHNEIDER, Diéle de Souza. **Memórias compartilhadas: as vivências de imigrantes judeus durante a revolução de 1923 no Rio Grande do Sul**. Diss. (Mestrado) – Faculdade de História, PUCRS. Porto Alegre, 2013.
- SEVERO, José Antônio. **Os senhores da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2000.
- SILVA, Hélio. **1926: a grande marcha**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- _____. **1930: a revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **Começa a Revolução: 1923-1926**. São Paulo: Editora Três, 1975.
- SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. “Quero ser senhor do meu focinho”: a face agrária da Revolução Federalista nas matas do Rio Grande do Sul (1893-1895). **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, vol. 17, n. 2, p. 275-292, julho-dez 2017.

- SILVA, Riograndino da Costa e. **A Revolução de 5 de Julho de 1922**. Porto Alegre: Sulina, 1972.
- SOARES, Luiz Francisco Matias. **1923: Coronelismo & Revolução**. São Borja: Faith, 2014.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a Revolução de Outubro**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. **O tenentismo e a classe média**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- SOUZA, João Francisco Pereira de. **Psicologia dos acontecimentos políticos sul-rio-grandenses**. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923.
- _____. **Noventa e Três**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1934.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- SOUZA, Paulino José Soares de. **Visconde do Uruguai**. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracy in America**. Bilingual edition. Edited by Eduardo Nolla. Indianapolis: Liberty Fund, 2009.
- TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.
- TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H., GONZAGA, S. (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: UNB, 1987.
- WITTER, José Sebastião. **Partido Republicano Federal (1893-1897)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **República, política e partido: o PRF e a política dos governadores**. Bauru: EDUSP, 1999.
- VERISSIMO, Erico. **O Tempo e o Vento: O Arquipélago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, v. 3.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Formas de pensamiento y formas de sociedad**

en el mundo griego. El cazador negro. Barcelona: Ediciones Península, 1981.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.** Documentos e comentários. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A crise dos anos 20.** Porto Alegre: UFRGS, 1992.

Recebido em: 21/08/2024

Aceito em: 01/11/2024